



**ANA FLÁVIA DOS SANTOS CARVALHO
ELIZA CRISTINA DE SOUZA ARAÚJO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
ALFABETIZAÇÃO: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS
ENTRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A
POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO**

**LAVRAS-MG
2020**

**ANA FLÁVIA DOS SANTOS CARVALHO
ELIZA CRISTINA DE SOUZA ARAÚJO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ALFABETIZAÇÃO: CONVERGÊNCIAS E
DIVERGÊNCIAS ENTRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A
POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO**

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Lavras, como
parte das exigências do Curso de
Pedagogia, para a obtenção do título
de Licenciado.

Prof(a). Ms(a). Ellen Maira de Alcântara Laudares

Orientador(a)

LAVRAS-MG

2020

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Deus e Nossa Senhora Aparecida por nos iluminar nesta caminhada, tornando possível a realização de nossos objetivos, gratidão também aos nossos familiares que sempre nos incentivaram e estiveram ao nosso lado nos apoiando nos momentos difíceis, à nossa orientadora pelas contribuições e a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho. Muito obrigada!

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo elencar as principais diretrizes e políticas públicas para alfabetização, partindo desde a Lei de Diretrizes e Bases (1996) até a Política Nacional de Alfabetização (2019). Considerando a multiplicidade das legislações e dos documentos orientadores da educação, considerou-se também como objetivo deste estudo apontar as possíveis convergências e divergências entre a Base Nacional Comum Curricular e a Política Nacional de Alfabetização, visto que ambos os documentos são os mais recentes e buscam se complementar. Para contextualizar nosso estudo foi apresentado um pouco sobre os conceitos de educação, alfabetização, escolas, políticas públicas e políticas públicas educacionais. O estudo teve como recorte de pesquisa, o Ensino Fundamental, na qual a pesquisa se deu pelo método de análise documental, de caráter qualitativo. Essa pesquisa se justifica se, pelo fato de que os estudos a respeito da Base Nacional Comum Curricular serem escassos por ela ser um documento recente e que ainda se encontra em fase de implementação, e também com a implementação da Política Nacional de Alfabetização muito se pensa sobre as convergências e divergências nestes dois documentos. Este estudo possibilitou alcançar os objetivos iniciais deste trabalho, visto que foram elencadas as principais políticas públicas para alfabetização e comparamos as duas mais recentes que são a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Acreditamos que essa pesquisa possa favorecer a novos estudos sobre a temática e auxiliar os educadores com relação ao estudo sobre essas políticas para alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação. Currículo. Políticas Públicas. Legislações

ABSTRACT

This study aimed to list the main guidelines and public policies for literacy, starting from the Law of Guidelines and Bases (1996) to the National Literacy Policy (2019). Considering the multiplicity of legislation and documents guiding education, it was also considered as the objective of this study to point out the possible convergences and divergences between the Common National Curriculum Base and the National Literacy Policy, since both documents are the most recent and seek complement each other. To contextualize our study, a little about the concepts of education, literacy, schools, public policies and educational public policies was presented. The study had as a part of the research, the Elementary School, in which the research took place by means of the documentary analysis method, of qualitative character. This research is justified if, due to the fact that studies on the Common Base National Curriculum are scarce because it is a recent document and is still in the implementation phase, and also with the implementation of the National Literacy Policy, much is thought on the convergences and divergences in these two documents. This study made it possible to achieve the initial objectives of this work, since the main public policies for literacy were listed and we compared the two most recent ones which are the Common National Curricular Base (BNCC) and the National Literacy Policy (PNA). We believe that this research can favor new studies on the subject and help educators with regard to the study of these policies for literacy.

Keywords: LITERACY. EDUCATION. CURRICULUM. PUBLIC POLICY. LEGISLATION

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. EDUCAÇÃO EM SUAS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS.....	8
2.1 Educação: Um olhar especial para alfabetização.....	11
2.2 Educação e Escolas, para além de instituições formadoras e seu papel no processo de alfabetização.....	13
3. POLÍTICAS, UM CONCEITO GERAL SOB DIFERENTES OLHARES.....	15
3.1 Políticas Públicas Educacionais no Brasil: a constante busca pela qualidade.....	16
4. BREVE HISTÓRICO SOBRE AS LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS BRASILEIRAS PARA ALFABETIZAÇÃO.....	18
4.1 A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB 9394/96).....	19
4.2 Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014).....	20
4.3 Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).....	22
4.4 Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).....	25
4.5 Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o currículo nacional.....	27
4.6 Política Nacional de Alfabetização (PNA) adesão voluntária inovações ou rupturas?.....	33
4.7 Tempo de Aprender (2019-2020): um “novo” programa para a alfabetização.....	35
5. PERCURSO METODOLÓGICO.....	38
6. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS	39
6.1 A Base Nacional Comum Curricular e a Política Nacional de Alfabetização.....	41
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas são importantes ferramentas de garantia ao bem-estar social, visto que por meio de programas, ações, decisões, elas buscam alcançar os direitos previstos constitucionalmente. No Brasil as políticas públicas vêm sofrendo constantes alterações de acordo com os diferentes governos. Com relação às políticas públicas educacionais no cenário brasileiro, é possível perceber que no decorrer dos anos foram implementadas diferentes políticas e programas educacionais em nosso país, assim é notório as constantes alterações das políticas públicas educacionais, que segundo Saviani (2010), provocam constantes rupturas, o que faz gerar, assim, a descontinuidade dos processos educativos e consequentes lacunas na educação nacional.

Nessa perspectiva, quanto aos índices de alfabetização no Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aponta, por meio dos resultados preliminares da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que existe um grande desafio para a nação brasileira em elevar a qualidade da educação, ofertada desde os primeiros anos escolares. A partir dos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), também é possível constatar que o Brasil possui baixa proficiência em Leitura, se comparado à outros países da América Latina.

Diante a esse cenário, a intenção dessa pesquisa foi a de levantar as principais políticas públicas e diretrizes educacionais brasileiras voltadas à alfabetização, para assim elencar quais foram as alterações promovidas por tais legislações e diretrizes no cenário educativo, traçando um breve histórico, desde a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, até as políticas mais recentes, perpassando pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, à Política Nacional de Alfabetização (PNA), de 2019.

Desse modo, também buscou-se apontar nesse estudo as divergências e convergências entre os documentos BNCC (2017) e PNA (2019), no que tange à alfabetização, em especial no Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, no intuito de elucidarmos o que há de presente ou o que difere em ambos documentos. Considera-se de grande relevância abordar sobre a Política Nacional de Alfabetização (PNA), visto que ela foi instituída em 2019, ou seja, posteriormente à Base Nacional Comum Curricular (2017), um documento que estabelece quais são as habilidades, conhecimentos e competências esperados que todos os estudantes da educação básica desenvolvam ao longo da educação básica.

Nesse sentido, esta investigação apresentou um breve histórico das principais legislações e diretrizes educacionais brasileiras, desde a LDB, de 1996, traçando um panorama das orientações acerca do processo de alfabetização, até os dias atuais, aprofundando com maior ênfase na análise de dois documentos em especial, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA), por serem os mais recentes e por, de certa forma, estarem ainda em fase de implementação.

Para tanto, esse estudo foi dividido em sete capítulos: O primeiro capítulo apresenta uma introdução ao tema, elencando sua relevância, em seguida, no segundo capítulo, trata-se da Educação em suas múltiplas perspectivas, onde será abordado sobre o conceito de educação, o processo de alfabetização e sobre as instituições escolares e o seu papel no desenvolvimento do processo de alfabetização das crianças. Posteriormente, no terceiro capítulo, será realizado um estudo do conceito de políticas, em seu amplo sentido, adentrando ao contexto das políticas públicas educacionais. Já o quarto capítulo trata-se da questão das legislações educacionais brasileiras para alfabetização, apontando um breve histórico das principais legislações e diretrizes nacionais para a alfabetização, perpassando desde a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) até a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Em seguida, no quinto capítulo trata-se do percurso metodológico, onde é descrito os métodos utilizados em nossa pesquisa. O sexto capítulo refere-se a discussão e análise dos dados. Por fim, no sétimo capítulo consiste em nossas considerações finais e reflexão sobre o tema trabalhado, apontando sua importância.

2. A EDUCAÇÃO EM SUAS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

A educação possui várias concepções defendidas por diferentes autores. Neste estudo pautamos em Paulo Freire (1983), Gadotti (2003), Libâneo (2001) e Saviani (1999), para abordar um pouco sobre o que se caracteriza por educação. Segundo Ecco; Nogaro, (2015), Paulo Freire concebe educação como um processo de humanização. “Educação e humanização são termos indicotomizáveis, pois educar, em síntese, objetiva formar e “transformar” seres humanos, valorizando processos de mudança dos sujeitos, atualizando suas potencialidades, tornando-os humanos [...]”. (ECCO; NOGARO, 2015, p.3526). Assim, a educação deve acontecer de forma a buscar intervir na realidade, promovendo a criticidade e a reflexão sobre as ações. Nesse sentido, sob o mesmo ponto de vista, têm-se que:

A educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano. A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal (LIBÂNEO, 2001, p. 7).

Dessa forma, a educação busca a humanização, a transformação dos sujeitos e da realidade. Ampliando a discussão, ainda sob o prisma desse autor,

A educação é uma prática social que busca realizar nos sujeitos humanos as características de humanização plena. Todavia, toda educação se dá em meio a relações sociais. Numa sociedade em que essas relações se dão entre grupos sociais antagônicos, com diferentes interesses, em relações de exploração de uns sobre outros, a educação só pode ser crítica, pois a humanização plena implica a transformação dessas relações (LIBÂNEO, 2001, p. 8).

Em conformidade à Paulo Freire (1983), Libâneo (2001) também ressalta a importância da criticidade da educação e do processo de humanização que ocorre por meio de interações e das relações sociais. Ambos autores abordam sobre os diferentes interesses que estão nas relações sociais, que muitas vezes são de dominação de uns aos outros, configurando-se em instrumentos de dominação social, e por tal razão, a importância de uma educação crítica, negando assim a educação bancária, que reproduz interesses sociais e não promove a autonomia.

Paulo Freire (1983) ainda salienta que há dois tipos de educação, a libertadora e a dominadora. A educação dominadora é aquela que somente transfere o conhecimento, ela está a serviço das classes dominantes. Já na educação libertadora há a criação do conhecimento por meio da ação reflexão sobre a realidade, o conhecimento é construído por meio do convívio, das relações, da reflexão dos sujeitos, promotora de emancipação social.

Nesse sentido, a educação se dá na interação entre sujeitos e entre o sujeito e o mundo, constituindo-se em um processo social que ocorre por meio do convívio, em um processo de conhecimento, intervenção na realidade, de ação reflexão para transformação no mundo.

Ampliando a discussão, a educação é “ato de amor e coragem, que está embasada no diálogo, na discussão e no debate [...]”. (VASCONCELOS; BRITO, 2014, p. 83). Percebe-se que assim, como nas palavras de Freire, “Ninguém educa ninguém, como tão pouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados

pelo mundo” (FREIRE, 1983a, p. 79 apud ECCO; NOGARO, 2015, p.3527). Ou seja, a educação não é algo dado, algo que é transferido de um sujeito para o outro, mas sim algo que é construído a partir da interação dos sujeitos e interação com o mundo.

Nesse viés, Freire (1983), diz também sobre a não neutralidade da educação, assim caracterizando a educação como um ato político, pois ela propõe ação sobre a realidade, ação essa que envolve sempre a reflexão para decisões como “o que fazer”, “para que fazer”, “para quem fazer”, “quando fazer”, ou seja, envolve decisões,

Mas a gente ainda tem que perguntar em favor de que conhecer e, portanto, contra que conhecer; em favor de quem conhecer e contra quem conhecer. Essas perguntas que a gente se faz enquanto educadores, ao lado do conhecimento que é sempre a educação, nos levam à confirmação de outra obviedade que é a da natureza política da educação. Quer dizer, a educação enquanto ato de conhecimento é também, por isso mesmo, um ato político (FREIRE, 1982, p. 97).

Nesse ponto de vista, a educação envolve escolhas, não é neutra, há sempre uma diretividade na prática educativa, algo a ser alcançado, ela busca transformação da realidade, por isso é considerada um ato político. Ampliando essa discussão, Gadotti (2003, p.6) ressalta que “Depois de Paulo Freire ninguém mais pode ignorar que a educação é sempre um ato político. [...]Ela sempre foi política. Ela sempre esteve a serviço das classes dominantes. Este é um princípio de que parte Paulo Freire [...]”.

Considera-se assim, que a educação como ato político tem sempre um objetivo, ou seja, algo a ser conquistado, envolve escolhas, decisões, contribuindo assim para uma educação libertadora, em que o seu oposto proporciona a alienação e a dominação.

Discorrendo a esse respeito, têm-se que,

A educação é uma relação de influências entre pessoas, há sempre uma intervenção voltada para fins desejáveis do processo de formação, conforme opções do educador quanto à concepção de homem e sociedade, ou seja, há sempre uma intencionalidade educativa, implicando escolhas, valores, compromissos éticos. [...] a educação é um fenômeno social, ou melhor, uma prática social que só pode ser compreendida no quadro do funcionamento geral da sociedade da qual faz parte. Isso quer dizer que as práticas educativas não se dão de forma isolada das relações sociais que caracterizam a estrutura econômica e política de uma sociedade, estando subordinadas a interesses sociais, econômicos, políticos e ideológicos de grupos e classes sociais. (LIBÂNEO, 2001, p.9).

Desta maneira, a educação acontece, de maneira intencional e diretiva, ou seja há objetivos a serem conquistados, acontece por meio do convívio social, buscando uma conduta social e política do aprendiz, que ocorra de forma responsável. Para elucidar o

exposto, pode-se fazer referência ao posicionamento de Saviani (1999), que considera a educação como ato político,

De uns tempos para cá se tornou lugar comum a afirmação de que a educação é sempre um ato político. Mas o que significa essa afirmação? Obviamente, trata-se de um "slogan" que tinha por objetivo combater a idéia anteriormente dominante segundo a qual a educação era entendida como um fenômeno estritamente técnico-pedagógico, portanto, inteiramente-autônomo e independente da questão política. (SAVIANI, 1999 p.91)

Dessarte, a educação e a política articulam entre si, elas possuem relação. Há diversas execuções políticas a favor da educação, que buscam que os direitos das práticas educativas não sejam extintas. Saviani (1999), ainda aponta que a educação e a política embora inseparáveis, cada uma apresenta suas especificidades, sendo práticas distintas. A relação entre educação e política ocorre de forma interna e externa, a prática interna se justifica pelo fato de que toda prática educativa, ou seja, mesmo caracterizando por diferentes práticas e possuindo cada uma suas especificidades, educação e política são dependentes uma da outra.

Inegavelmente a educação é um ato político, envolvendo decisões, escolhas, intencionalidades e está ligada às relações sociais. É possível perceber que os autores Freire, Gadotti, Libâneo e Saviani, defendem a educação como ato político, também defendem a educação como um processo que se dá por meio de interações sociais, buscando a humanização por meio da transformação dos sujeitos e da realidade.

Vale ressaltar que assim como descrito no início deste tópico, o conceito de educação, na maioria das vezes, é pensado somente relacionado às práticas pedagógicas. Contudo, entende-se que a educação ocorre em muitos lugares, em diferentes modalidades de atividades educativas, de formação humana. Por suma, é possível perceber a grande importância de se conceber a educação enquanto ato político, buscando-se uma educação libertadora, em que a prática pedagógica não se restrinja apenas à transmissão de conhecimentos, e sim a construção do conhecimento com os sujeitos, por meio da interação.

2.1 Educação: um olhar especial para a alfabetização

Considerando a educação como um todo e as diretrizes educacionais para a alfabetização, considera-se relevante ampliar a discussão acerca do conceito de alfabetização. Os termos alfabetização e letramento são recentes nos documentos oficiais

que regem a educação básica do Brasil. Em 1990, durante a “Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos” a alfabetização passou a ser entendida como meio eficaz de promoção da aprendizagem da leitura e da escrita. Assim, a alfabetização passou a ser vista como processo na qual a criança é inserida no mundo cultural e social, em uma perspectiva de ensino, possibilitando a criança entender, dominar e usar a leitura e a escrita no meio em que está inserida, caracterizando-se por saber ler e escrever, ao passo que o letramento é caracterizado pelo uso social da leitura e a da escrita. Em conformidade com este entendimento, entende-se por “[...] Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”. (SOARES, 2014, p. 18).

Nesse sentido, para que a alfabetização e o letramento aconteçam plenamente, é preciso haver interação entre os alunos e as pessoas, interação com os diversos textos, não se limitando apenas na associação entre fonema e grafema e à familiarização do sistema de escrita alfabética. Para elucidar o exposto, pode-se fazer referência ao posicionamento de Soares (2014, p. 43), em que “Letramento é usar a escrita para se orientar no mundo (o atlas), nas ruas (os sinais de trânsito), para receber instruções (para encontrar um tesouro), enfim, é usar a escrita para não ficar perdido”, ou seja, o letramento se caracteriza pelo domínio ou fazer uso da leitura e escrita nas práticas sociais. Nessa perspectiva, é essencial que os sujeitos sejam capazes de fazer interpretações do que se lê, associações.

Retomemos a grande diferença entre alfabetização e letramento e entre alfabetizado e letrado[...] um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que saber ler e escrever, já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 2014, p.39-40).

Ampliando essa discussão, Kleiman (1995), afirma que o letramento não é um método, interpretação derivada da entrada do conceito no ensino-aprendizagem da escrita. O letramento envolve a imersão no mundo da escrita, a participação em diferentes práticas de letramento, o que pode ser proporcionado por meio de diferentes métodos e estratégias distintas, configurando-se em um conjunto de práticas sociais que usa a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos. Isto é, há várias práticas de letramento, na qual a alfabetização é uma delas.

Importante também ressaltar que as práticas de letramento não se restringem aos espaços escolares. Muito se pensa em que idade, as crianças devem ser introduzidas ao processo de alfabetização, que muitas vezes se inicia nos anos finais da Educação Infantil, partindo da apresentação das letras e sílabas.

2.2 Educação e escolas: para além de instituições formadoras e seu papel no processo de alfabetização.

A escola é uma instância educativa, um centro de vivência e de recreação de conteúdos sistematizados, que possui demandas próprias, particularidades distintas, de acordo com a sua função social, que é, em síntese, a educação formal, que almeja um ideal a ser alcançado. Essa instância educativa está numa permanente construção e constituição, vivenciando um movimento contínuo, que se constrói diariamente pelas ações dos sujeitos.

Nesse sentido, a escola dispõe de uma realidade instituída e instituinte, ou seja, ela recebe e exerce influência social. Possui uma realidade concreta, mas também dinâmica e processual, que acontece por meio das ações e interações dos sujeitos presentes naqueles espaços, que acabam influenciando o contexto. Assim, a escola está marcada pelas relações sociais que produz e reproduz, pois ela apresenta um papel que não é neutro, que é intencional e político, ou seja, envolve escolhas, decisões, possui objetivo.

É comum ao pensar no conceito de escola limitarmos às figuras dos professores, alunos, às salas de aula, materiais, ou seja, um ambiente de ensino e aprendizagem. Para falar-se de escola é importante refletir, antes de tudo, para além destas questões, pois a escola é uma instituição historicamente construída, na qual são constituídas de elementos “ideológicos (ideias), econômicos (estrutura e funcionalidade) e políticos (ação humana intencional), sendo, portanto, instâncias instituintes e capazes de constituir-se como realidade própria e de influenciar a realidade social” (NADAL, 2011, p.149).

Segundo Schmidt (1989, p. 12):

A escola é uma instituição social, historicamente considerada, inserida numa certa realidade na qual sofre e exerce influência. Não é uma instituição neutra perante a realidade social. Deve organizar o ensino, de forma a considerar o papel de cada indivíduo e de cada grupo organizado dentro da sociedade. Sua função, portanto, é preparar o indivíduo proporcionando-lhe o desenvolvimento de certas competências exigidas pela vida social. É também dar-lhe uma compreensão da cultura e uma ‘visão de mundo’ e prepará-lo para [a] cidadania. [...] Assim, a educação escolar é caracterizada por ser uma atividade sistemática, intencional e

organizada – organizada no que diz respeito aos conteúdos, e sistemática no que se relaciona aos métodos que utiliza.

Nesse contexto, a escola recebe e exerce influência social, não é neutra, pois tem intencionalidade, envolve escolhas, sendo assim é política. No tocante à questão, Nadal (2011), aponta que existem três elementos que compõem a instituição escolar, sendo elas: universal, particular e singular. O primeiro é o universal, caracterizada pela função da instituição escolar, suas normas, princípios. Já o segundo é particular, entende-se como os sujeitos, que produzem, reproduzem, atuam sobre a instituição escolar, modificando a, flexibilizando, sendo dinâmica e processual. O terceiro elemento é o singular, que se constitui pelo formato que a instituição assume, ou seja, tem a ver com estruturas físicas, jurídicas e organizacional. Estas três dimensões da instituição escolar se apresentam dialogicamente unidas.

Nesse sentido, a educação sempre acontece em diferentes espaços, sem ser necessariamente em uma instituição específica, como as instituições escolares, que vemos hoje em dia. No entanto, existe uma visão ingênua e superficial das instituições escolares, peça fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, pois não é neutra. A escola é resultado de uma estrutura dominante, que busca a produção, o trabalho e a mão de obra a serviço de determinados objetivos. Coimbra (1986), atenta para uma questão de grande relevância, com relação às escolas,

[...]a partir da Idade Média que, na Europa, a educação se tornou produto da escola e um conjunto de pessoas (em sua maioria religiosos) especializou-se na transmissão do saber" (10:25-26). Entretanto nesta época, embora o ensino fosse reservado às elites (principalmente à nobreza), não havia separações entre crianças e adultos e a Escola não estava organizada para disciplinar seus alunos (2). É a partir do século XVII que vemos a Escola surgindo como instituição, nos moldes em que a conhecemos atualmente. Portanto, o aparecimento desta instituição está visceralmente ligado ao desenvolvimento do capitalismo. Com a Revolução Industrial, a partir de 1750, sentiu-se a necessidade de um número maior de pessoas que soubessem pelo menos ler, escrever e contar. Pessoas essas que seriam jogadas nas nascentes indústrias, fornecendo mão-de-obra para o manejo das máquinas. Por outro lado, a burguesia já no poder percebeu também a necessidade de "socializar" e "educar" a massa trabalhadora existente nos grandes centros urbanos, para formá-los como "bons" cidadãos e trabalhadores disciplinados. Com isso, vemos a Escola surgindo com claras funções: inculcar os valores, hábitos e normas da classe que domina, ou seja, inculcar a ideologia burguesa e, com isso, mostrar a cada um o lugar que deve ocupar na sociedade, segundo sua origem de classe. (COIMBRA, 1986, p. 15)

Ampliando a discussão tem-se que no ambiente escolar é imposto aos estudantes disciplina, e alguns costumes que são das classes dominantes, que são colocados aos aprendizes como naturais e universais, porém não é, temos uma cultura diversa e enorme. As instituições escolares exercem em nossa sociedade uma função, ela possui objetivos políticos e ideológicos, que acaba sendo prescrito como uma perspectiva de mundo para os estudantes.

A escola possui assim um papel de grande importância também no processo de alfabetização, pois embora a criança tenha contato com a leitura e a escrita antes de adentrar a escola, por meio de livros, contação de histórias, e o mundo que a cerca, é na escola que se inicia o processo de alfabetização de modo sistematizado e formal, introduzindo assim os alunos à prática de leitura e de escrita. Nesse sentido, entende-se que o processo de alfabetização nas escolas deve ser desenvolvido com os estudantes de maneira prazerosa, causando entusiasmo nos estudantes, de forma que promova sentido, sendo assim, o papel da escola na alfabetização para além do desenvolvimento das capacidades de leitura e escrita.

3. POLÍTICAS, UM CONCEITO GERAL SOB DIFERENTES OLHARES

Designa-se como política a busca pela justiça e igualdade dos direitos e deveres do bem coletivo, no entanto a sociedade civil, o povo, faz política. Segundo Foucault (1979, p. 3),

[...] todas as pessoas fazem política, todos os dias, e até consigo mesmas! Isso seria possível na medida em que, diante de conflitos, as pessoas precisam decidir, sejam esses conflitos de caráter social ou pessoal, subjetivo. Socialmente, a política, ou seja, a decisão mediante o choque de interesses desenha as formas de organização dos grupos, sejam eles econômicos, étnicos, de gênero, culturais, religiosos, etc. A organização social é fundamental para que decisões coletivas sejam favoráveis aos interesses do grupo.

Observa-se que Foucault define política de modo geral, como uma ação que todas as pessoas praticam, em diferentes espaços, a política é uma forma de decisão dos diversos assuntos, praticados pela sociedade civil. É importante ressaltar que os grupos de interesses, traçam estratégias políticas para pressionar o governo a fim de que as políticas públicas sejam tomadas em seu favor.

Adentrando ao conceito de Políticas Educacionais, conforme Oliveira (2010, p. 4), “Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação”. Nesse sentido, as políticas educacionais, as legislações, são medidas implementadas por um governo no campo da educação, a fim de reger e orientar o sistema de ensino do país, visando a garantia do direito à educação de qualidade, configurando-se em importantes mecanismos para uma melhor qualidade de vida para a sociedade.

Assim, nota-se que as políticas educacionais brasileiras se alternam a cada governo, tendo em vista uma educação de qualidade a todos os cidadãos, atualmente há vários projetos e metas que buscam democratizar a educação. Oliveira (2010, p. 4) discorre a esse respeito, afirmando que as “políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar”. Porém, nem sempre foi assim, a princípio somente a alta classe, tinha acesso à educação, a estrutura educacional era organizada de forma excludente e seletiva, a expansão do ensino foi lenta, por falta de uma política educacional que gerenciasse a educação.

Como lembra Piana e Parreira (2014), nesse sentido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, é a primeira lei geral da Educação, com ampla repercussão sobre o sistema escolar, que regulamenta o sistema educacional público e privado do Brasil, da Educação Básica ao Ensino Superior. Após a regulamentação da LDB 9394/96, o governo assume as políticas educacionais como tarefa de sua competência, descentralizando sua execução para os estados e para os municípios, o controle do sistema escolar passa a ser exercido, por intermédio de uma política de avaliação para todos os níveis de ensino.

3.1 Políticas Públicas Educacionais no Brasil: a constante busca pela qualidade

Ao longo dos anos, diversas políticas e programas educacionais foram implementadas no país, em uma tentativa de responder aos anseios de uma educação de qualidade. Para entendermos melhor a definição de políticas públicas educacionais, optamos por fragmentarmos o que cada palavra significa. Segundo Oliveira (2010, p. 1), “[...] Política é uma palavra de origem grega, politikó, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a pólis. Já a palavra pública é de origem latina, pública, e significa povo, do povo”.

Desta forma, a política pública do ponto de vista etimológico, diz respeito à participação do povo nas decisões da cidade, do território, que pode ser de maneira direta ou indireta por representação, a discussão das políticas públicas vem conquistando uma dimensão ampla, visto que o avanço das circunstâncias democráticas cresceu em todo o mundo.

Souza (2003 citado por Oliveira, 2010, p. 2), afirma com relação à política pública, que:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real

As políticas públicas, de acordo com a compreensão de Souza (2003), se caracteriza por colocar o governo em ação, as propostas e os programas e também propor mudanças.

Em concordância com Oliveira (2010), o melhor termo que define as políticas públicas, por conta do seu caráter didático é desenvolvido por Azevedo. Segundo Azevedo (2003, p.12), “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Assim, a exposição de políticas públicas acontece por meio dos programas e das ações do governo, elas são coisas para o governo e a sociedade civil, o povo não é responsável direto e nem agente implementador de políticas públicas.

Nesse sentido, as políticas públicas são condições exclusivas do governo, no que refere a toda sua extensão, formulação, deliberação, implementação e monitoramento, as políticas são direcionadas ao povo, porém, o governo é responsável pela implementação. Conforme Azevedo (2003, p. 3), existem três tipos de políticas públicas: redistributivas, distributivas e as regulatórias. “As políticas públicas redistributivas representa a redistribuição de renda na forma de recursos e outro de financiamento de equipamentos e serviços públicos”. São exemplos de políticas públicas redistributivas os programas de bolsa escola, cesta básica, renda cidadã, bolsa universitária, isenção de IPTU e de taxa de água ou energia para famílias carentes.

Já as políticas públicas distributivas diz a respeito à oferta de equipamentos e serviços públicos, que é feita de forma pontual ou setorial de acordo com a necessidade social, são exemplos de políticas públicas distributivas as podas de árvores, os reparos em

creche, a implementação de um projeto de educação ambiental ou a limpeza de um córrego dentre outras coisas. O financiamento das políticas públicas distributivas é feito pela sociedade como um todo por meio do orçamento geral de um estado.

Por fim, as políticas regulatórias, consistem na elaboração das leis que autorizaram os governos a fazerem ou não determinada política pública redistributiva ou distributiva. Elas possuem importância fundamental, pois é por elas que os recursos públicos são liberados para implementação das outras políticas, contudo o seu resultado não é imediato, pois enquanto lei elas não possui a materialidade dos equipamentos e serviços que atendem cotidianamente a comunidade.

No que tange às políticas públicas educacionais, tudo aquilo que o governo faz em relação à educação, que se amplia também às questões escolares, referindo-se às decisões do governo, que tem aplicação no contexto escolar enquanto ambiente de ensino e aprendizagem. Essas decisões, por sua vez, envolvem questões diversas como por exemplo, formação docente, gestão escolar, construção de prédio, carreira, matriz curricular, contratação de profissionais e valorização dos mesmos, entre outras coisas. Em suma as políticas educacionais regulam e orientam os sistemas de ensino estabelecendo a educação escolar por meio de decisões e implantações de ações que norteiam a instituição de ensino. (OLIVEIRA, 2010).

Por trás de uma educação mais significativa estão as Políticas Públicas Educacionais que possuem grande relevância no contexto educacional, uma vez que a criação de novas políticas e a continuidade das já existentes é de suma importância, visto que as políticas educacionais têm um papel indispensável para a construção de uma educação mais democrática e oportunizadora, pois a educação deve ser um item prioritário em nossa sociedade.

Por fim, as Políticas Públicas Educacionais constituem-se como uma ação benéfica para o desenvolvimento do país em diferentes áreas, pois buscam efetivar os objetivos de uma educação mais significativa e concretizar as metas das legislações, que se bem executadas e projetadas, trazem resultados bastantes satisfatórios para a comunidade.

4. BREVE HISTÓRICO SOBRE AS LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS BRASILEIRAS PARA A ALFABETIZAÇÃO

Tendo em vista a complexidade histórica da educação brasileira, bem como a diversidade de documentos orientadores, programas e leis para a educação no Brasil, nesse estudo foi escolhida como recorte de pesquisa, o segmento do Ensino Fundamental Anos Iniciais, por se tratar do segmento que implementa e executa as políticas de alfabetização, a datar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996.

4.1 A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB 9394/96)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), publicada em 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, ela determina a organização da Educação brasileira, com base nos princípios da Constituição Federal de 1988. A LDB apresenta uma ampliação das ideias presentes na Constituição Federal. A LDB 9.394/96, é a segunda Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, sendo que a primeira foi promulgada em 1961 (LDB 4024/61). O texto aprovado em 1996 é resultado de um longo embate que durou cerca de oito anos (1988-1996). Assim, a LDB regulamenta o sistema educacional público e privado do Brasil desde a educação básica ao ensino superior, reafirmando o direito à educação, garantido pela Constituição Federal.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), é uma verdadeira inovação para o sistema de ensino, após a sua aprovação o ensino público do Brasil experimentou transformações profundas, reformas em busca de uma educação de qualidade, e uma gestão participativa. A educação é o elemento fundamental no desenvolvimento social e econômico de um país, que o governo precisa defender, a LDB alcançou essa finalidade, ela é a medida mais importante assumida pelo Estado em relação à política educacional do país.

De acordo com artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, a educação possui objetivos e concepções, a fim de uma melhor condição de vida para o estudante. “Art. 2º . A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1996, p. 1)

A partir da LDB, o ensino se torna obrigatório entre os quatro e dezessete anos. “Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”. (BRASIL, 1996, p. 2)

Portanto as crianças devem ser matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade, para atender a obrigatoriedade da LDB, a realização da matrícula compete aos pais ou responsáveis. Com relação à alfabetização, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), não faz menção ao termo, ou seja, não aborda sobre a alfabetização de forma específica. Em um dos artigos é abordado sob domínio da escrita e da leitura:

Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; (BRASIL, 1996, p.11).

Assim a LDB destaca os princípios, sobre os quais o ensino deve ser ministrado, destacando o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas Art.3º (inciso III); a gestão democrática (inciso VIII), e a valorização da experiência extra-escolar (inciso X). Nesse sentido, determinou-se os princípios democráticos de organização do ensino, definindo, ainda, no artigo 14, a responsabilidade dos sistemas de ensino em definirem as normas de gestão democrática, do ensino público na educação básica, conforme suas peculiaridades e considerando, ainda, a participação dos diversos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola (PPP), bem como a participação da comunidade escolar em conselhos escolares, sendo o Estado o responsável pela educação escolar pública, prevendo a obrigatoriedade e a gratuidade para o ensino fundamental.

4.2 Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014).

Aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), tem vigência de 10 anos, compreendendo de 2014 a 2024, e apresentando diretrizes, metas e estratégias que visam a melhoria da qualidade da educação. Como mencionado no próprio documento, “Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano”. (BRASIL, 2014). Pode-se observar que o Plano Nacional de Educação (PNE) propõe regime de colaboração entre os entes federados objetivando o alcance das metas previstas no plano.

O Plano Nacional de Educação, apresenta metas que abrangem toda a Educação Básica e Ensino Superior. Neste estudo como nosso foco é a alfabetização, nos limitaremos

somente a esta etapa. Com relação à alfabetização, tem-se como uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), a “erradicação do analfabetismo;” (BRASIL, 2014).

Foram estabelecidas também como uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE), “Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.”(BRASIL, 2014). Para que essa meta seja concretizada foram elencadas como estratégias:

- 5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;
- 5.2) instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental;
- 5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;
- 5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 5.5) apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;
- 5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;
- 5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.(BRASIL, 2014)

Diante disso, foram criadas várias estratégias de caráter tecnológicos e pedagógicos, a fim de alcançar a meta de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Nesse sentido, a seguinte meta do Plano Nacional de Educação (PNE), objetiva,

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.(BRASIL, 2014)

Compreende-se que na meta apresentada acima busca elevar a taxa de alfabetização das pessoas que não foram alfabetizadas, quando crianças, e também acabar com o analfabetismo absoluto e diminuir a taxa de analfabetismo funcional pela metade, a fim de aperfeiçoar a educação.

Em suma, o Plano Nacional de Educação (PNE), apresenta o caminho que a educação deve percorrer durante a sua vigência, por intermédio de diretrizes, metas e estratégias, o Plano Nacional de Educação (PNE) é amplo e de suma importância para elaboração das políticas públicas educacionais, por meio de suas orientações às instituições de ensino podem criar seus planos, de acordo com o que é proposto e também rever o que necessitar de mudanças, assim objetivando atingir a melhoria da qualidade da educação brasileira.

4.3 Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), é uma ação do Ministério da Educação que foi lançado em 8 de novembro de 2012, pela presidente Dilma Rousseff. Assim, no ano de 2015 foi seu terceiro ano de implementação. Ele conta com a participação do Governo Federal, Distrito Federal e dos Governos Estaduais e Municipais, visando investir recursos na valorização das escolas e dos professores; no apoio pedagógico com materiais didáticos para todas as crianças; na implementação dos sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento.

As ações do PNAIC apoiam-se em quatro eixos de atuação:

1. formação continuada presencial para professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo;
2. materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais;
3. avaliações sistemáticas;
4. gestão, controle social e mobilização. (BRASIL, 2015, p.10).

O eixo principal do PNAIC é a formação continuada de professores alfabetizadores das escolas públicas brasileiras, tendo em vista que o professor alfabetizador é um grande

agente para atingir ao objetivo de alfabetizar todas as crianças brasileiras até os 8 anos de idade, 3º ano do Ensino Fundamental, que é a meta do PNAIC.

A formação continuada dos professores alfabetizadores se dá por meio de um curso que necessita da articulação das universidades, secretarias de educação e escolas. O curso é composto por professores orientadores, professores formadores e os professores alfabetizadores. O professor formador é selecionado pelas universidades públicas brasileiras, ele realiza a formação dos orientadores de estudo. Já o orientador de estudos, é selecionado pelos municípios, a partir de critérios estabelecidos pelo MEC, o professor orientador organiza a formação dos professores alfabetizadores, que são professores que atuam nos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

A “Formação Continuada presencial para professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo”, primeiro eixo das ações do PNAIC, apresenta como objetivos a ampliação de discussões sobre alfabetização na perspectiva do letramento, nas diversas áreas do conhecimento, assim de forma interdisciplinar, também discussões à respeito dos princípios de gestão e organização do ciclo de alfabetização. O eixo “Materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais”, constitui se por conjuntos de materiais didáticos e pedagógicos específicos para alfabetização. Com relação ao eixo “Avaliações sistemáticas” diz respeito à estudo sobre avaliações processuais que serão desenvolvidas pelo professor juntamente aos seus estudantes, e também a aplicação de uma avaliação externa universal, pelo INEP, para os alunos do 3º ano, avaliação essa que visa aferir o nível de alfabetização alcançado ao final do ciclo de alfabetização. Por fim, temos o eixo “Gestão, o controle social e a mobilização”, que caracterizam sobre o arranjo institucional proposto para gerir o PNAIC, esse arranjo é formado por quatro instâncias, sendo: o Comitê Gestor Nacional, a Coordenação Estadual, a Coordenação Municipal, e as Instituições formadoras. (BRASIL, 2015)

No ano de 2013, a ênfase do PNAIC baseou se na formação em Língua Portuguesa e em 2014, na formação em Matemática, de forma inovadora em 2015, houve ampliação para as demais áreas do conhecimento, de modo integrado, abrangendo a educação integral das crianças desde o início do processo de escolarização, assim começou a trabalhar com a ideia de interdisciplinaridade.

Nesse sentido, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), 2015, possui 12 cadernos, trazendo a tarefa de ampliar as discussões sobre a alfabetização na perspectiva do letramento, de forma interdisciplinar, sendo compostos por caderno de apresentação, um caderno de princípio e organização do ciclo de alfabetização e 10

cadernos de formação continuada de professores alfabetizadores e reflexão, que visam melhorar a qualidade do ensino público brasileiro e auxiliar o desenvolvimento profissional dos docentes.

Dos cadernos apresentados no PNAIC, ainda que o modo de trabalhar seja interdisciplinar, os que mais diz a respeito ao processo de alfabetização são os seguintes, caderno 2- A criança no ciclo de alfabetização, 3- Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização, 4- A organização do trabalho escolar e os recursos didáticos na alfabetização, 5- Organização da ação docente: a oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Os objetivos desses cadernos e os temas tratados, evidenciam as técnicas utilizadas para alfabetizar as crianças.

Sendo assim, há cinco princípios centrais que orientam a concepção dos Cadernos de Formação, são eles:

- Perspectiva de um currículo inclusivo, que defende os Direitos de Aprendizagem de todas as crianças, fortalecendo as identidades sociais e individuais;
- Integração entre os componentes curriculares;
- Foco central na organização do trabalho pedagógico;
- Seleção e discussão de temáticas fundantes em cada área de conhecimento;
- Ênfase na alfabetização e letramento das crianças. (BRASIL, 2015, p.32)

Esses princípios podem ser observados nos 12 cadernos do PNAIC.

Em 2018 ocorreu a 5ª edição do PNAIC, na qual a ênfase foi em Leitura e produção de textos na alfabetização, havendo algumas mudanças em sua organização, como a ampliação para os professores da Educação Infantil e para os articuladores das escolas que aderiram ao Programa Novo Mais Educação, também houve a redução da carga horária dos encontros presenciais de formação nas IES.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é considerado o maior programa de formação de professores, que surgiu por causa da preocupação com a alfabetização no cenário brasileiro, muitas crianças estavam concluindo a escolarização sem estarem alfabetizadas. O PNAIC visa a garantia do direito à educação das crianças no ciclo da alfabetização, embora PNAIC seja a favor da implementação de um currículo comum aos estudantes, ele reconhece e busca valorizar as diferentes culturas, a alfabetização tornou-se o foco principal a respeito da melhoria da qualidade da educação pública.

4.4 Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)

Implementada em Julho de 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), é uma avaliação anual, direcionada para escolas e estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental, etapa final do ciclo da alfabetização, que por meio de testes padronizados na área de leitura, escrita e matemática, oferece resultados sobre os níveis de alfabetização dos estudantes, assim atendendo a proposta de avaliação prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), no art. 9º, inciso IV, que propõe a realização de uma “avaliação externa universal do nível de alfabetização ao final do 3º ano do ensino fundamental, aplicada pelo Inep” (BRASIL, 2012).

Essas ações buscam alcançar o objetivo de alfabetizar todas as crianças até no máximo os 8 anos de idade, 3º ano do Ensino Fundamental. A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) tem como objetivos:

- i) Avaliar o nível de alfabetização dos educandos no 3º ano do ensino fundamental.
- ii) Produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino.
- iii) Concorrer para a melhoria da qualidade do ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional. (BRASIL, 2013, p.7)

A Avaliação Nacional da Alfabetização não se resume apenas a avaliar o desempenho dos estudantes, ou seja, o nível de alfabetização, mas também propõe avaliar as condições de escolaridade que os alunos tiveram ou não, avaliar aspectos que envolvem a gestão escolar, a infraestrutura, a formação docente e a organização do trabalho pedagógico, visto que são aspectos que interferem no processo de aprendizagem.

Para avaliar as condições de oferta da educação nesta etapa da alfabetização são aplicados questionários para os professores da etapa da alfabetização e gestores da instituição escolar, esses questionários tratam sobre a questão da formação docente, infraestrutura, trabalho pedagógico, etc. Com relação à avaliação do nível de alfabetização e letramentos dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental, essa avaliação se dá por meio de testes, o teste de Língua Portuguesa, é composto por 17 questões objetivas de múltipla escolha e 3 questões de produção escrita, já o teste de Matemática é composto por 20 questões objetivas de múltipla escolha.

Os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) são divulgados por instituição de ensino, Município e Unidade Federativa, não há o resultado individual de cada aluno. A partir dos resultados é publicado um índice de alfabetização nacional.

A ANA constitui-se como uma avaliação de caráter censitário e de larga escala. Assim, “Para a construção de uma avaliação de larga escala, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) busca formular matrizes de referência para cada avaliação”. (BRASIL, 2013). As matrizes de referência por meio de embasamento técnico, político e pedagógico, elegem determinados conhecimentos que permitirão uma leitura do processo avaliado.

Segundo (BRASIL, 2013, p.14), as matrizes de referências foram desenvolvidas por diversos colaboradores,

As matrizes da Avaliação Nacional de Alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática foram elaboradas a partir das contribuições de diferentes pesquisadores e especialistas no campo da alfabetização e do letramento, de várias universidades, bem como de representantes de diversas instituições do governo e da sociedade civil, tais como o Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNA), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Secretaria de Educação, dentre outras. (BRASIL, 2013, p.14)

Na Avaliação Nacional da Alfabetização, há a matriz de referência de Língua Portuguesa e a matriz de referência de Matemática. A matriz de Língua Portuguesa estrutura-se em dois eixos: o da Leitura e o da Escrita. Já a matriz de referência de Matemática apoia-se em quatro eixos: Eixo Numérico e Algébrico, Eixo de Geometria, Eixo de Grandezas e Medidas e Eixo de Tratamento da Informação. Todos esses eixos tanto de Língua Portuguesa quanto Matemática, definem habilidades que são necessárias e esperadas para a etapa do 3º ano do Ensino Fundamental.

É importante enfatizar que a escolha de descritores de operações para as matrizes de referência são um recorte dos conhecimentos que devem ser desenvolvidos naquela etapa de ensino, sendo assim alguns conhecimentos são deixados de lado, por isso, a escola também deve utilizar os outros instrumentos de avaliação que ela possui para complementar o que é avaliado na Avaliação Nacional da Alfabetização.

Portanto, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) surge para buscar enfrentar os desafios com relação à alfabetização das crianças por meio de seu diagnóstico amplo do processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras, que vai além da aplicação dos testes para verificar o nível de alfabetização dos estudantes, mas também analisar as condições de escolaridade que esse aluno teve durante esse processo.

4.5 Base Nacional Comum Curricular (BNCC): o currículo nacional

Em 20 de dezembro de 2017 foi homologada em Brasília, a última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelo ministro da educação José Mendonça Filho. A BNCC é um documento previsto pela Constituição Federal de 1988, pela LDB 9394/96 e pelas DCN/2001.

De acordo com a LDB 9394/96:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996, p.9)

Em conformidade com a citação, as instituições de ensino, podem e recebem autonomia para adequar os seus currículos de acordo com as especificidades locais de cada região. A BNCC traz os os objetivos de aprendizagem que as crianças devem alcançar em cada série/etapa do ensino.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagem essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagens e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).(BRASIL, p.7, 2017).

Na BNCC é proposto um processo de alfabetização diferente dos demais propostos até o momento, ela sugere aprendizagens essenciais que os aprendizes devem desenvolver ao longo do ensino, nela o principal objetivo para a alfabetização é uma ação pedagógica que seja voltada para as especificidades da apropriação do sistema alfabético de escrita, pensando na linguagem escrita e nos seus usos. Outra mudança é que o processo de alfabetização deverá ser concretizado até o término do 2º ano do Ensino Fundamental.

Na parte que diz respeito à etapa da Educação Infantil, a BNCC traz no campo de experiência “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação”,

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos

textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. (BRASIL, 2017, p. 40)

A partir disso, nota-se que a BNCC, desde a Educação Infantil, aponta que as crianças são imersas à contextos de alfabetização e letramento, mesmo que por meio de suas curiosidades, indagações, ou seja, sem uma intencionalidade de se alfabetizar. A BNCC continua debatendo que,

Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua. (BRASIL, 2017, p. 40)

Logo cedo as crianças já são inseridas na cultura escrita, assim vão se apropriando dela desde pequenos em diferentes contextos o tempo todo. A cultura escrita, está cada vez mais presente em nosso meio.

No campo de experiência “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação” também pode-se ver que há eixo, que diz respeito às questões relacionadas à alfabetização. “(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.” (BRASIL, 2017, p. 47). A escrita espontânea faz parte do processo de alfabetização.

Neste mesmo campo de experiência há o objetivo de se desenvolver a habilidade de “Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas”. (BRASIL, 2017, p. 40). Essa habilidade diz respeito ao processo de familiarização que a criança vivencia antes mesmo de se alfabetizar, são processos essenciais que aproximam o indivíduo da cultura escrita.

Mas, como já dito anteriormente, o processo de alfabetização proposto pela Base Nacional Comum Curricular, deve ocorrer ao longo do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.

Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize [...]. (BRASIL, 2017, p.89).

Sendo que, durante o 1º e 2º anos, a BNCC propõe o momento da fonografêmico e a partir do 3º ano, o momento da ortografização, habilidades que o sujeito vai se apropriando ao longo da alfabetização e o letramento, sobre o sistema de escrita.

No início da parte destinada ao Ensino Fundamental ressalta-se que,

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos. (BRASIL, 2017, p. 57)

Nota-se uma inovação com relação às propostas dos outros documentos abordados neste trabalho, que já foi mencionada no decorrer deste estudo, a alfabetização que antes deveria ser desenvolvida nos 3 primeiros anos do Ensino Fundamental, agora deve ocorrer nos 2 primeiros anos, ao longo do Ensino Fundamental essa questão do foco na alfabetização vem sendo muito reforçada, como no trecho,

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social. (BRASIL, 2017, p. 61)

Neste sentido é possível perceber que a alfabetização é vista como algo que abre portas para outros conhecimentos, possibilita o indivíduo a atuar e expressar-se na comunidade com mais autonomia, é vista como algo indispensável, também é mencionada a questão do letramento, da participação social do indivíduo.

A Base Nacional Comum Curricular, apresenta cinco áreas do conhecimento, na qual essas áreas têm seus componentes curriculares. Por exemplo, na área de conhecimento de Linguagens, tem-se os componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, e Língua Inglesa. O mesmo acontece com as outras áreas do conhecimento, cada uma apresenta seus componentes curriculares. Cada área de conhecimento, por sua vez, estabelece competências específicas da área, para serem desenvolvidas durante a etapa do Ensino Fundamental.

Para que essas competências específicas sejam desenvolvidas, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades a serem desenvolvidas, essas habilidades

são relacionadas a diferentes objetos de conhecimento, que dizem respeito aos conteúdos, conceitos e processos, esses objetos de conhecimento, são organizados em unidades temáticas, as unidades temáticas definem a organização dos objetos de conhecimento ao longo do Ensino Fundamental de acordo com os diferentes componentes curriculares.

Os objetos de conhecimento possuem um número variável de habilidades a serem desenvolvidas, as habilidades são as aprendizagens essenciais que devem ser garantidas aos alunos a partir daquele determinado objeto de conhecimento.

Dentre as competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental, na terceira competência nota-se,

3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação. (BRASIL, 2018, p.63)

Nesse sentido, as Linguagens são meios que levam o sujeito a participação no mundo que se relaciona com Letramento, que torna a pessoa competente a participar e interagir na sociedade. A BNCC continua expondo que,

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens. (BRASIL, 2017, p. 65-66)

No que tange o trabalho com Língua Portuguesa, há o favorecimento da participação ativa do indivíduo em diferentes aspectos no meio social, possibilitando-o a ter uma boa atuação cidadã no contexto da sua vida pública.

É possível perceber que a BNCC, comparada à outros documentos, é mais completa, pois abrange não só o que tem que ser desenvolvido em cada etapa, mas também aborda as questões dos conteúdos, habilidades a serem desenvolvidas:

[...] Na esteira do que foi proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o texto ganha centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem”.(BRASIL, 2017, p. 65)

As propostas de conteúdos a serem trabalhados ao decorrer do anos apresentados na BNCC, são mais centralizadas e definidas de acordo com as áreas que são diversas, nela encontram-se propostas pedagógicas do currículo escolar de cada área.

Na parte que trata da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, nos anos iniciais:

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, aprofundam-se as experiências com a língua oral e escrita já iniciadas na família e na Educação Infantil. Assim, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo Análise Linguística/Semiótica, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no eixo Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais”. (BRASIL, 2017, p. 87)

Com base no ensino da Língua Portuguesa, os eixos se articulam, e o trabalho em favor de um contribui para outro, pois eles estão conectados uns aos outros, e se cruzam durante o processo de ensino.

No que diz a respeito à alfabetização, a BNCC aponta que:

[...]é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua”. (BRASIL, 2017, p. 87-88)

Entende-se que alfabetização é um processo complexo e embaraçoso que a criança vivencia, uma construção de hipótese. Compreender o sistema de escrita do português do Brasil e se alfabetizar não é tarefa fácil, construir conhecimento é uma tarefa difícil.

No processo de construção da língua escrita a criança precisa:

- diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos);
- desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura “incidental”, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura;
- construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão;
- perceber quais sons se deve representar na escrita e como;
- construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos;
- perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação;
- até, finalmente, compreender o modo de relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica.

- diferenciar desenhos/grafismos (símbolos) de grafemas/letras (signos);
- desenvolver a capacidade de reconhecimento global de palavras (que chamamos de leitura “incidental”, como é o caso da leitura de logomarcas em rótulos), que será depois responsável pela fluência na leitura;
- construir o conhecimento do alfabeto da língua em questão;
- perceber quais sons se deve representar na escrita e como;
- construir a relação fonema-grafema: a percepção de que as letras estão representando certos sons da fala em contextos precisos.
- perceber a sílaba em sua variedade como contexto fonológico desta representação;
- até, finalmente, compreender o modo de relação entre fonemas e grafemas, em uma língua específica. (BRASIL, 2017, p. 89)

Após o processo de alfabetização são apontados os processos de ortografização,

Há três relações que são muito importantes: a) as relações entre a variedade de língua oral falada e a língua escrita (perspectiva sociolinguística); b) os tipos de relações fono-ortográficas do português do Brasil; e c) a estrutura da sílaba do português do Brasil (perspectiva fonológica). (BRASIL, 2017, p. 89)

É muito importante a questão da variedade da língua oral falada e a língua escrita, muito interessante ver que a BNCC aborda essa questão, que em muitas das vezes não é respeitada.

A estrutura da sílaba é uma questão complexa, que causa na maioria das vezes muita dificuldade para compreensão das crianças. “As sílabas deveriam ser apresentadas como o que são, isto é, grupos de fonemas pronunciados numa só emissão de voz, organizados em torno de um núcleo vocálico obrigatório, mas com diversos arranjos consonantais/vocálicos em torno da vogal núcleo”.(BRASIL, 2017, p. 91)

As capacidades de de(codificação) envolvidas na alfabetização envolvem:

- Compreender *diferenças entre escrita e outras formas gráficas* (outros sistemas de representação);
- Dominar as *convenções gráficas* (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e *script*);
- Conhecer o *alfabeto*;
- Compreender a *natureza alfabética do nosso sistema de escrita*;
- Dominar as *relações entre grafemas e fonemas*;
- Saber *decodificar palavras e textos* escritos;
- Saber ler, *reconhecendo globalmente as palavras*;
- Ampliar a sacada do olhar para *porções maiores de texto* que meras palavras, desenvolvendo assim *fluência* e rapidez de leitura (*fatiamento*). (BRASIL, 2017, p. 91)

As capacidades envolvidas na alfabetização são diversas como apresentadas anteriormente, o processo de alfabetização demanda inúmeras habilidades e acontece de maneira vagarosa, como o processo de ortografização que acontece sucessivamente, e pode

ampliar para além dos anos iniciais do Ensino Fundamental. No início do processo de alfabetização, são apresentados textos simples para as crianças, partindo do cotidiano delas, ao longo do processo de alfabetização a complexidade dos materiais vão aumentando e avançando de acordo com cada série.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), orienta os currículos escolares das instituições públicas e privadas de todo território nacional, ela determina as aprendizagens essenciais que os estudantes precisam aprender durante a Educação Básica, visando o exercício da cidadania, assim ela possui um papel decisivo na formação cidadã. Assim, a BNCC é um instrumento em favor do desenvolvimento da equidade, que foi produzida de maneira democrática, por meio de várias contribuições de profissionais da área da educação.

4.6 Política Nacional de Alfabetização: adesão voluntária, inovações ou rupturas?

Estipulada como uma das 35 metas para os 100 primeiros dias do governo do Presidente da República Jair Bolsonaro, juntamente com o ministro da educação Ricardo Vélez Rodríguez, está a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída por meio do decreto nº 9.765, publicado em 11 de abril de 2019, tem por objetivo, elevar os índices de desempenho nas avaliações externas, uma política de estado, estabelecendo as diretrizes para ações e políticas governamentais, buscando-se assim reduzir os índices de analfabetismo e melhorar a qualidade da alfabetização do Ensino Fundamental, nos estados e municípios brasileiros, a fim de elevar a qualidade da alfabetização e promover uma formação básica de qualidade a todos cidadãos brasileiros.

No artigo 2º, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), conceitua o termo alfabetização da seguinte forma, “I. alfabetização - ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão”. (BRASIL, 2019, p. 50). Aqui a alfabetização é concebida como uma habilidade essencial na vida do ser humano, na Política Nacional de Alfabetização (PNA) a priorização da alfabetização é que aconteça no 1º ano do Ensino Fundamental.

No inciso IV do artigo 3, da Política Nacional de Alfabetização (PNA) faz, “ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização”:

- a) consciência fonêmica;
- b) instrução fônica sistemática;
- c) fluência em leitura oral;
- d) desenvolvimento de vocabulário;
- e) compreensão de textos;
- f) produção de escrita”.(BRASIL, 2019, p. 51).

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), ainda destaca os seis componentes como indispensáveis para o processo de alfabetização, e prioriza o método fônico como método de alfabetização. Vale ressaltar que a adesão dos Estados e Municípios aos programas e ações da Política Nacional de Alfabetização (PNA) é voluntária.

Assim sendo, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), diz tornar-se um instrumento de democratização do conhecimento, buscando incrementar programas e ações voltados à alfabetização. Tem como um dos objetivos contribuir para a consecução das metas 5 e 9 do Plano Nacional de Educação (PNE),

META 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. (BRASIL, 2019, p. 40).

Desse modo, é possível aferir que a Política Nacional de Alfabetização busca alcançar as metas atribuídas, pelo Plano Nacional de Educação (PNE), a fim promover uma educação de qualidade em nível nacional e claro, alcançar melhores índices nas estatísticas educacionais, a exemplo melhor desempenho na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) caracterizada como um dos instrumentos do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) medindo os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, a alfabetização em Matemática e também as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), ainda dispõe de um caderno, na qual constitui-se como um guia explicativo, destinado à estados e municípios, professores, alunos, pais e responsáveis, estudantes da educação de jovens e adultos, apresentando alguns conceitos utilizados no documento, traz também marcos históricos, cenário atual, ou seja, informações importantes que detalham a política.

Enfim, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), apresenta a alfabetização como um meio de superação de vulnerabilidade social, assim ela anseia melhorar a qualidade da

alfabetização, combater o analfabetismo, conseqüentemente elevando a qualidade do ensino, em consonância com as evidências científicas contemporâneas.

4.7 Tempo de Aprender (2019-2020): um “novo” programa para a alfabetização

Instituído pela Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020, o Programa Tempo de aprender é um programa pertencente à Política Nacional de Alfabetização, destinado a pré-escola e ao 1º e 2º ano do Ensino Fundamental das redes públicas estaduais, municipais e distrital, que conta com a colaboração dos Entes Federados (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) para sua implementação, desenvolvido a partir das diretrizes da Política Nacional de Alfabetização (PNA), apresenta como finalidade melhorar a qualidade da alfabetização em todas as escolas públicas do Brasil. Com relação aos objetivos do Programa Tempo de Aprender, são eles:

Art. 6º [...] I - elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas;

II - contribuir para a consecução da Meta 5 do Plano Nacional de Educação, de que trata o Anexo à Lei nº 13.005, de 2014;

III - assegurar o direito à alfabetização a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País; e

IV - impactar positivamente a aprendizagem no decorrer de toda a trajetória educacional, em seus diferentes níveis e etapas. (BRASIL, 2020)

Para alcançar esses objetivos, são constituídos eixos e ações que norteiam o seu desenvolvimento.

Art. 2º O Programa será organizado nos seguintes eixos, com suas respectivas ações:

I - eixo Formação continuada de profissionais da alfabetização:

a) formação continuada para professores alfabetizadores e para professores da educação infantil;

b) formação continuada para gestores escolares das redes públicas de ensino; e

c) programa de intercâmbio para formação continuada de professores alfabetizadores.

II - eixo Apoio pedagógico para a alfabetização:

a) sistema on-line com recursos pedagógicos e materiais para suporte à prática de alfabetização;

b) recursos financeiros de custeio para assistentes de alfabetização e outras despesas previstas em resolução específica;

c) aprimoramento do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD para educação infantil e 1º e 2º anos do ensino fundamental.

III - eixo Aprimoramento das avaliações da alfabetização:

a) aplicação de diagnóstico formativo de fluência em leitura;

b) aperfeiçoamento das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb voltadas à alfabetização; e

c) avaliação de impacto do Programa.

IV - eixo Valorização dos profissionais da alfabetização, por meio da instituição de premiação para professores alfabetizadores. (BRASIL, 2020)

A formação continuada para os professores alfabetizadores será realizada por meio de curso online e também curso presencial. O curso online é composto por textos, vídeos, questionários e atividades, ao final do curso o professor é submetido a um teste on-line para avaliar o conhecimento adquirido, e se atingido o desempenho mínimo estabelecido pelo MEC, ele terá direito ao certificado de conclusão de curso. Já o curso presencial tem como base o conteúdo da formação online. Os gestores também participarão de formação continuada por meio de cursos online e presenciais.

Dessa forma com base no “Art.36, será disponibilizado pelo MEC aos entes aderentes diagnóstico de fluência em leitura a ser aplicado por entidade contratada, na forma definida por normativo específico, observadas as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993”. (BRASIL, 2020). Vemos que o MEC disponibilizará aos Entes Federados diagnóstico de fluência em leitura, que será dirigido aos professores visando melhorar o processo de ensino e aprendizagem, o diagnóstico é de natureza formativa, não serve para classificação ou premiação.

A respeito dos recursos financeiros para assistentes de alfabetização e para pagamento, o programa Tempo de Aprender, em seu artigo 40 nos diz que

Art. 40. Ficam instituídas ações de fornecimento de recursos via Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE para atuação de assistentes de alfabetização e de cobertura de outras despesas de custeio, nos termos de normativo específico, sendo vedada a utilização do recurso para pagamento de pessoal. (BRASIL, 2020)

O dinheiro fornecido pelo Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE, é destinada apenas para o custeio de assistente de alfabetização e material de apoio, é proibida a utilização desse dinheiro para pagamento individual de pessoas. Em conformidade, sobre os recursos financeiros no interior do Programa Tempo de Aprender:

Art. 42. O apoio financeiro às unidades escolares dar-se-á, também, por meio da cobertura de despesas de custeio, via Programa Dinheiro Direto na Escola, devendo ser empregado:

I - na aquisição de materiais de consumo e na contratação de serviços necessários às atividades previstas em ato normativo próprio;

II - no ressarcimento de despesas com transporte e alimentação dos assistentes de alfabetização, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades. (BRASIL, 2020)

O Capítulo XII do Programa Tempo de Aprender, diz a respeito ao aprimoramento do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, para Educação Infantil e 1º e 2º anos do Ensino Fundamental:

Art. 46. No âmbito do Programa Tempo de Aprender, serão realizados a reformulação e o contínuo monitoramento da adequabilidade dos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático referentes ao público afeto ao Programa à Política Nacional de Alfabetização, às melhores evidências científicas e às experiências exitosas. (BRASIL, 2020).

O material utilizado pelos docentes ao decorrer do Programa Tempo de Aprender, segundo o próprio programa, é resultado de grandes estudos e de boa qualidade. O Programa Tempo de Aprender ainda premiará os professores e gestores escolares, por desempenho bom das instituições a respeito da alfabetização. Segundo “Art. 48. A União instituirá, na forma de normativo próprio, uma premiação para professores e gestores escolares cujas unidades participem do Programa Tempo de Aprender e apresentem desempenho satisfatório”. (BRASIL, 2020). De acordo com o documento, a premiação tem como finalidade incentivar a melhoria da aprendizagem por meio da cooperação entre os profissionais das instituições escolares. Questiona-se, nesse estudo, os critérios e a própria premiação desse programa, dada a diversidade do país e todas as questões inerentes aos processos avaliativos em larga escala.

Nesse contexto, o Programa Tempo de Aprender é de adesão voluntária, na qual é realizada a adesão por meio da assinatura do termo fornecido pela Secretaria de Alfabetização do Ministério da Educação - Sealf/MEC. Com a adesão ao Programa as escolas são beneficiadas por várias ações desenvolvidas pelo MEC. De acordo com o “Art. 9º, no ato da adesão, às Entidades Executoras deverão indicar o coordenador local e vice-coordenador local do Programa para atuarem como pontos focais da Sealf/MEC”. (BRASIL, 2020). Essas pessoas trabalharão para contribuir para a permanência e execução do programa. O intuito do programa Tempo de Aprender é de aprimorar a alfabetização no país, valorizando os professores e promovendo uma formação continuada para eles. Em suma, o programa tem por objetivo elevar os índices de alfabetização de todo território nacional.

Frente ao exposto, diante aos documentos oficiais e os programas educacionais, surgiu no contexto da pesquisa a seguinte pergunta: Quais são as convergências e divergências nas orientações das Políticas Públicas mais recentes, dos Programas Nacionais para a Alfabetização do atual governo e da Base Nacional Comum Curricular no que tange o processo de alfabetização no Brasil? Outros questionamentos que se fizeram necessários: (a) quais são os principais documentos, leis e programas que regem a Educação Básica Nacional? (b) que diálogo estes documentos mais recentes estabelecem com a Base Nacional Comum Curricular e PNA?

5. PERCURSO METODOLÓGICO

Tendo em vista responder tais indagações, realizou-se a pesquisa por meio da análise dos documentos oficiais para a educação, no que tange os processos de alfabetização, desde a LDB (1996), até os mais recentes documentos, como a Base Nacional Comum Curricular e a Política Nacional de Alfabetização.

Para a realização deste trabalho, utilizou-se a pesquisa do tipo exploratória. Entende-se por pesquisa exploratória, segundo Gil (2002), como aquela que visa proporcionar maior familiaridade com o fato ou fenômeno, a fim de torná-lo mais claro, envolvendo um levantamento documental, entre outras técnicas.

Esta investigação teve cunho qualitativo, realizada por meio de análise documental. Acerca da pesquisa qualitativa, de acordo com Gil (2002), configura-se em um processo cujos significados são os focos da abordagem e análise, a pesquisa qualitativa, considera

que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, identifica e analisa dados não mensuráveis numericamente, como sentimentos, sensações, percepções, intenções. Ainda de acordo com Gil,

[...] nas pesquisas de cunho qualitativo, sobretudo naquelas em que não se dispõe previamente de um modelo teórico de análise, costuma-se verificar um vaivém entre observação, reflexão e interpretação à medida que a análise progride, o que faz com que a ordenação lógica do trabalho torne-se significativamente mais complexa, retardando a redação do relatório. (Gil, 2002, p.90).

Pode-se verificar que nas pesquisas qualitativas os dados são analisados por meio de observações dos resultados não numéricos, buscando entender os resultados das análises documentais e bibliográficas. Conforme Gil a pesquisa documental,

[...]assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes: Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2002, p. 45)

A pesquisa bibliográfica é uma revisão da literatura de diversos autores a respeito das suas percepções, sobre um determinado assunto, já a pesquisa documental não possui um tratamento analítico, as pesquisas documentais utilizam fontes primárias e podem ser recriadas.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados que foram utilizados para construção deste trabalho, realizou-se a pesquisa qualitativa exploratória de análise de documentos no que tange o processo de alfabetização, acerca das legislações e das diretrizes educacionais brasileiras para alfabetização, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE), Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Política Nacional de Alfabetização (PNA) e o Programa Tempo de Aprender, que foram encontrados nos sites do Ministério da Educação do Brasil.

6. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

É possível averiguar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), embora seja um documento que rege a educação brasileira, não aborda a alfabetização de forma específica, não fazendo menção ao termo. Com relação ao Plano Nacional de Educação

(PNE), ele aborda o termo a alfabetização e aponta em suas diretrizes que para a erradicação do analfabetismo, indicando também em algumas de suas metas, a proposta para que todas as crianças sejam alfabetizadas no máximo até o 3º ano do Ensino Fundamental. Outra meta a de número 9, trata sobre a elevação da taxa de alfabetização, para a concretização das metas o PNE, que traz estratégias que se referem ao processo de alfabetização. Já o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), trouxe com relação à alfabetização apoio para os professores alfabetizadores, assim consequentemente apoio também para o processo de alfabetização, por meio de seu eixo principal que é a formação de professores alfabetizadores das escolas públicas. Traz como meta alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade, 3º ano do Ensino Fundamental. Assim para concretizar essa meta, aponta os eixos de atuação que contribuem com o processo de alfabetização.

Já a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), avaliação sobre a alfabetização, é destinada às escolas e estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental, realizada por meio de testes padronizados na área da leitura, escrita e Matemática, que busca contribuir no enfrentamento dos desafios com relação à alfabetização.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trouxe “inovações” para a alfabetização, nela é proposto que a alfabetização aconteça no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, indicando as capacidades e habilidades envolvidas na alfabetização, dentre outras questões. Ao passo que a Política Nacional de Alfabetização (PNA), documento recente, traz com relação à alfabetização a proposta de que a alfabetização se dê no 1º ano do Ensino Fundamental, também traz a definição de conceitos relacionados à alfabetização, assim como os componentes essenciais para alfabetização. O programa Tempo de Aprender é um programa que pertence à Política Nacional de Alfabetização, ele é destinado a pré-escola e ao 1º e 2º ano do ensino fundamental das redes públicas, tem como finalidade melhorar a qualidade da alfabetização, para isso o programa orienta eixos e ações que norteiam o seu desenvolvimento, dentre esses eixos está a formação continuada dos professores, as ações do programa buscam elevar os índices de alfabetização.

Para a análise comparativa, escolheu-se a Base Nacional Comum Curricular e a Política Nacional de Alfabetização, por serem os documentos mais recentes, e pelo fato de ainda existirem poucos estudos publicados sobre ambos.

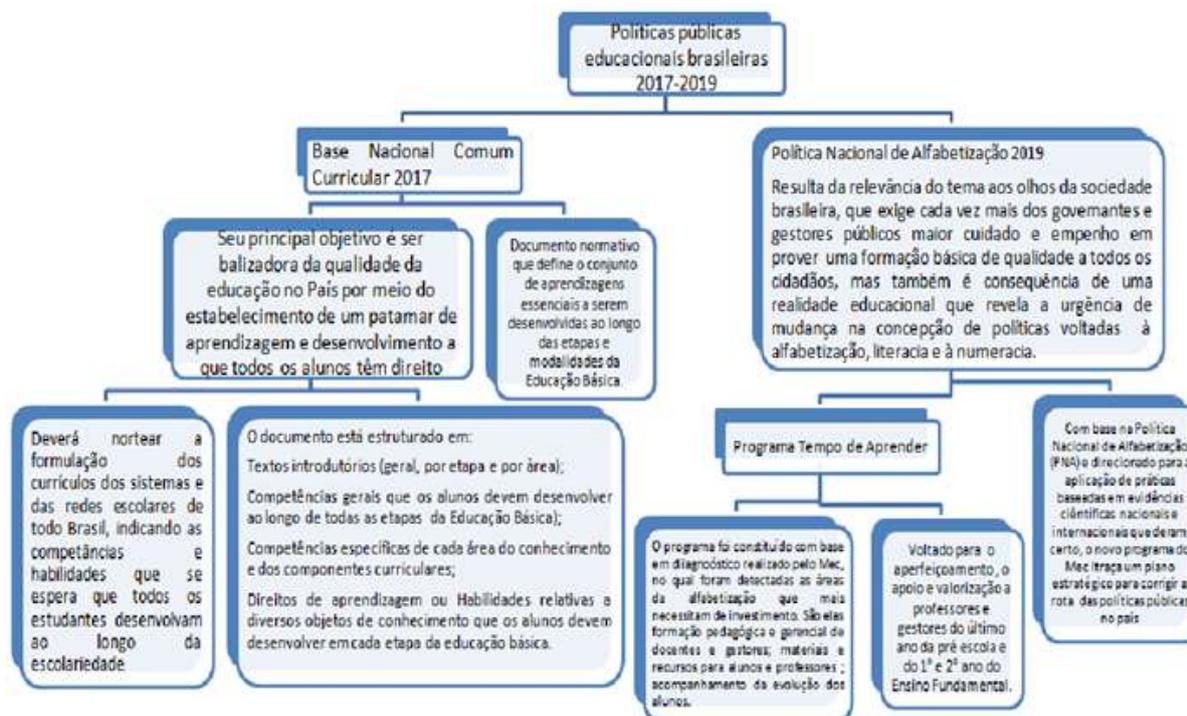
6.1 A Base Nacional Comum Curricular e a Política Nacional de Alfabetização

Analisando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA), juntamente com o Programa Tempo de Aprender, e comparando-os, pode-se chegar a diversos questionamentos sobre as possíveis convergências e divergências nestes documentos, datados tão proximamente e apresentados como complementares.

No que se refere à implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA), no documento, no Art. 8º, aponta que a Política Nacional de Alfabetização “será implementada por meio de programas, ações e instrumentos que incluam: I. orientações curriculares e metas claras e objetivas para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental;” (BRASIL, 2019, p. 53). Ou seja, a Política Nacional de Alfabetização contará com programas, ações, instrumentos para sua efetivação. A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), segundo a Resolução CNE/CP nº2 (BRASIL, 2017) “deve superar a fragmentação das políticas educacionais, ensejando o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e balizando a qualidade da educação ofertada”. Ou seja, a Base Nacional Comum Curricular deve almejar a superação da separação das políticas públicas, e fortalecer o trabalho articulado entre as esferas do governo em busca da qualidade da educação.

Para uma melhor compreensão dos programas, apresentamos a figura 1, que mostra a síntese das propostas da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e seu programa Tempo de Aprender, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Figura 1: Sínteses da Política Nacional de Alfabetização (PNA) e seu programa Tempo de Aprender, e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).



Fonte: (Das autoras, 2020)

A Figura 1 aponta um resumo do que é a Base Nacional Comum Curricular, seu principal objetivo, o que ela norteia, sua estrutura, apresenta também como resultou a Política Nacional de Alfabetização (PNA), qual seu objetivo, assim como a definição e os modos de organização do programa Tempo de Aprender. Comparando os documentos que norteiam as ações docentes e os currículos escolares, em relação ao processo de alfabetização e letramento, é possível observar algumas divergências e convergências em relação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA):

Quadro 1: Análise comparativa entre BNCC e PNA, convergências e divergências.

Política Nacional de Alfabetização (2019)	Base Nacional Comum Curricular (2017)
Discute sobre a valorização dos professores.	O documento não faz menção à valorização dos professores.
Priorização da alfabetização no 1º ano do Ensino Fundamental.	Defende que o processo de alfabetização deve acontecer durante o 1º e 2º ano do Ensino Fundamental.
Aborda a importância da criança ser envolvida	Valoriza as aprendizagens dos estudantes

no contexto de leitura desde cedo.	adquiridas antes de adentrar ao contexto escolar e no âmbito familiar.
Almeja elevar a qualidade do ensino, em consonância com evidências científicas contemporânea, nos primeiros anos do Ensino Fundamental.	Aborda sobre o estímulo na Primeira Infância, a familiarização que a criança vivencia com o mundo da escrita, antes mesmo de alfabetizar-se, essencialmente no âmbito familiar.
Alfabetização é vista como um meio de superação de vulnerabilidade social, como possibilidade para a melhoria da qualidade de vida.	A leitura e a escrita tem como objetivo possibilitar aos cidadãos participarem com mais autonomia na sociedade, favorecendo a igualdade de oportunidades.
Aponta seis componentes essenciais para alfabetização: a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, o desenvolvimento de vocabulário, a compreensão de textos e a produção de escrita.	Aponta quatro eixos com práticas de linguagem e habilidades a serem desenvolvidas: oralidade, Análise linguística/semiótica, leitura/escuta e produção de textos.
Priorização do método fônico como método de alfabetização. A consciência fonêmica é representada como um componente essencial para o processo de alfabetização.	Não evidencia o campo da consciência fonêmica com ênfase, como é apresentado na PNA.
Com relação à instrução fônica, o documento remete a importância de relacionar os grafemas e os fonemas para o processo de alfabetização. Apresenta como se caracteriza e sua importância.	Aborda a importância de relacionar os grafemas e os fonemas para o processo de alfabetização, mas apresenta de forma sucinta a instrução fônica.
Componente fluência em leitura oral, que é a habilidade de ler um texto com velocidade, precisão e prosódia. Diz apenas a respeito do texto escrito, com rigor.	O eixo da leitura é tomado em sentido mais amplo, dizendo respeito não apenas ao texto escrito. O eixo da Oralidade diz respeito às situações orais, sem ser especificamente a leitura de um texto com rigor.

<p>Desenvolvimento do vocabulário, componente a fim de entender melhor as palavras presentes no texto do seu cotidiano.</p>	<p>Aborda a questão do vocabulário, prezando a importância de um vocabulário para facilitar a compreensão no momento da leitura.</p>
<p>A compreensão de textos se caracteriza pelo objetivo da leitura.</p>	<p>A Compreensão de textos orais tem sua ênfase, abordando a oralidade como campo de conhecimentos linguísticos.</p>
<p>A produção de escrita, que se caracteriza pela habilidade de escrever tanto palavras quanto produzir textos.</p>	<p>A produção de textos que aborda o texto escrito, oral e multissemiótico, com diversas finalidades, textos pertencentes a gêneros orais diversos.</p>
<p>Pretende dar suporte às particularidade da alfabetização em distintas modalidades, faz menção ao ensino da Língua Brasileira de Sinais, ao Sistema Braille de leitura e a alfabetização da população indígena</p>	<p>Remete à questão da diversidade lingüística, trazendo a importância de no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade lingüística, ou seja respeitar as variações lingüísticas.</p>
<p>Traz definição de alguns conceitos utilizados no texto. Como conceito de: alfabetização, analfabetismo absoluto, analfabetismo funcional, consciência fonêmica, instrução fônica sistematizada, fluência em leitura oral, literacia, literacia familiar, literacia emergente, numeracia e educação não formal.</p>	<p>Não traz definições de conceitos utilizados no texto.</p>
<p>Aborda o conceito de literacia, que é “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua</p>	<p>A BNCC aborda o conceito de letramento que constitui-se com mais amplitude, letramento e</p>

prática produtiva.” (BRASIL,2019. p.51).

literacia são conceitos que se complementam.

Em análise do Quadro 1, aferiu-se que na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é proposto:

A BNCC aponta que o processo de alfabetização aconteça durante o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental,

Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1º e 2º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. Isso significa que a alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. (BRASIL, 2017, p. 87).

Enquanto na Política Nacional de Alfabetização (PNA), há como uma das diretrizes para a implementação da Política Nacional de Alfabetização. “I. priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental;”. (BRASIL, 2019, p. 52).

A Política Nacional de Alfabetização também destaca a importância da criança ser envolvida em contextos de leitura desde cedo, por exemplo, ao ouvir histórias contadas pelos pais, ressaltando a importância do hábito de leitura. Antes de iniciar o processo formal de alfabetização, a criança já aprende certas habilidades referentes à alfabetização, elas ouvem e contam histórias, e tentam escrever palavras, entre outras coisas, que são benéficas e importantes para a aprendizagem da leitura e da escrita futuramente.

De acordo com a Política Nacional de Alfabetização, “A aprendizagem da leitura e da escrita depende em grande parte da bagagem linguística recebida pela criança antes de ingressar no ensino fundamental, nas práticas realizadas em casa ou em outros ambientes”. (BRASIL, 2019, p. 30). Ou seja, a Política Nacional de Alfabetização ressalta a importância da criança ser inserida em ambientes de leitura e escrita antes mesmo de adentrar ao ambiente escolar.

O incentivo e aproximação da criança com a cultura escrita antes da inserção no contexto escolar, facilita a sua familiarização com o mundo da leitura e da escrita posteriormente. Com relação à cultura escrita a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos diz que “As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias

de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas”. (BRASIL, 2017, p.56). Nota-se que ambos os documentos valorizam a aprendizagem dos alunos adquirida antes de adentrar ao ambiente escolar, e a importância das experiências do contexto familiar.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) em acordo com as evidências científicas atuais, se apoiam em perspectivas que valorizam a primeira infância em favor da aprendizagem da literacia e da numeracia. Segundo a Política Nacional de Alfabetização, art. 4º, I, “elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas”. (BRASIL, 2019, p. 51). Vemos que com esse objetivo descrito acima, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) almeja elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem em consonância com as evidências científicas contemporâneas, nos primeiros anos do ensino fundamental.

Ainda sobre essa perspectiva do estímulo na primeira infância encontramos no (art. 5º, II), o seguinte como diretriz da Política Nacional de Alfabetização (PNA) “II. incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil”. (BRASIL 2019, p. 52). Com isso vemos a importância que possui os primeiros anos do ensino fundamental em benefício do ensino e da aprendizagem retratada pela Política Nacional de Alfabetização (PNA).

Com relação à isso a Base Nacional Comum Curricular (2017), no campo de experiência “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação” diz respeito às questões relacionadas à alfabetização no eixo seguinte, “(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.” (BRASIL, 2017, p. 48) A escrita espontânea faz parte do processo de alfabetização. Neste mesmo campo de experiência apresentado acima encontramos outro eixo que diz o seguinte, “(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas”. (BRASIL, 2017. p.47)

Esses eixos dizem respeito ao processo de familiarização que a criança vivencia antes mesmo de alfabetizar-se, são processos essenciais que aproximam o indivíduo da cultura escrita e estão em convergência com o que foi apresentado anteriormente da Política Nacional de Alfabetização (PNA).

Recorda-se no Art 5, pontos que auxiliam e são fundamentais para desenvolver competências a favor da alfabetização, estabelecidos como diretrizes na Política Nacional de Alfabetização (PNA). Segundo Brasil (2019, p. 52), “III. integração de práticas

motoras, musicalização, expressão dramática e outras formas artísticas ao desenvolvimento de habilidades fundamentais para a alfabetização”. O artigo 5 ainda refere que, “IV participação das famílias no processo de alfabetização por meio de ações de cooperação e integração entre famílias e comunidade escola”. Vemos que é o apoio e participação da família são de suma importância, pois contribuem com a alfabetização. A Política Nacional de Alfabetização (PNA) no (art 3, VIII), traz como princípio o seguinte, “aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática básica como instrumento de superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania”. Com esse preceito entendemos que a alfabetização é vista como um meio de superação de vulnerabilidade social, e também uma possibilidade de melhor qualidade de vida.

Ainda de acordo com (art 3, IX), nota-se que a alfabetização ocasiona “igualdade de oportunidades educacionais”. Com o estudo deste artigo entendemos os princípios que tem como objetivo melhorar a qualidade da educação e promover uma formação de qualidade a todos os cidadãos brasileiros.

Em convergência à Política Nacional de alfabetização (PNA) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) diz indica,

Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social. (BRASIL, 2017, p.61)

A leitura e a escrita como pode-se observar nos documentos deve ter como um dos objetivos possibilitar aos cidadãos participarem com mais autonomia na sociedade, além de outros benefícios.

Uma das habilidades metalinguística considerada essencial no processo de aprendizagens da leitura e da escrita, citada na Política Nacional de alfabetização (PNA) é a consciência fonológica.

A consciência fonológica é uma habilidade metalinguística abrangente, que inclui a identificação e a manipulação intencional de unidades da linguagem oral, tais como palavras, sílabas, aliterações e rimas. À medida que a criança adquire o conhecimento alfabético, isto é, identifica o nome das letras, seus valores fonológicos e suas formas, emerge a consciência fonêmica, a habilidade metalinguística que consiste em conhecer e manipular intencionalmente a menor unidade fonológica da fala, o fonema. (ADAMS et al., 2005; CAPOVILLA, A.; CAPOVILLA, F., 2000; CARDOSO-MARTINS, 2006, citado por BRASIL, 2019, p. 30).

Na Política Nacional de alfabetização (PNA) é destacada a importância da consciência fonológica em favor da alfabetização, visto que ela facilita a aprendizagem da leitura e da escrita, e também é muito benéfica, com ela o aprendiz passa entender melhor a língua falada e escrita.

O ensino segundo a Política Nacional de Alfabetização (PNA) é baseado nas evidências científicas atuais, de acordo com os relatórios e documentos de políticas públicas de alfabetização, como National Reading Panel e o Educação de qualidade começando pelo começo do comitê Cearense para a eliminação do analfabetismo escolar, onde revela cinco componentes essenciais para alfabetização, que são eles, a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, o desenvolvimento de vocabulário e a compreensão de textos. Porém pesquisas atuais recomendam a inserção de outro componente, a produção de escrita, dessa forma se adquire seis componentes propostos pela Política Nacional de Alfabetização. (BRASIL, 2019).

O que são esses componentes, o que diz cada um deles? A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também aborda esses componentes como essenciais para o processo de alfabetização?

Segundo a Política Nacional de Alfabetização (PNA).

A consciência fonêmica é o conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala (fonemas) e a capacidade manipulá-las intencionalmente. Para desenvolver a consciência fonêmica, é necessário um ensino intencional e sistematizado, que pode ser acompanhado de atividades lúdicas, com o apoio de objetos e melodias. (BRASIL, 2019, p. 33).

A consciência fonêmica é apresentada pela Política Nacional de Alfabetização (PNA), como um dos primeiros componentes essenciais para o processo de alfabetização. Com o estudo da Política Nacional de Alfabetização (PNA) notamos que a priorização ao método fônico é bastante evidente como método de alfabetização segundo a diretriz.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta a consciência fonológica:

Assim, alfabetizar é trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua pelo estudante. Para isso, é preciso conhecer as relações fono-ortográficas, isto é, as relações entre sons (fonemas) do português oral do Brasil em suas variedades e as letras (grafemas) do português brasileiro escrito. Dito de outro modo, conhecer a “mecânica” ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se

estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc. (BRASIL, 2017, p.88).

Em relação a consciência fonêmica, indicada na Política Nacional de Alfabetização (PNA), a consciência fonológica discorrido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que também é tratada na Política Nacional de Alfabetização (PNA), é um termo amplo que é usado para trabalhar uma série de habilidades que envolvem as percepção dos sons e as operações deles. Já a consciência fonêmica que diz a respeito das unidades menores da língua, é um tópico abordado pela consciência fonológica, que faz parte dela, juntamente com outros, como as sílabas, palavras, rimas e as aliterações. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não evidencia o campo da consciência fonêmica com ênfase como é apresentado na Política Nacional de Alfabetização (PNA):

A instrução fônica sistemática leva a criança a aprender as relações entre as letras (grafemas) e os menores sons da fala (fonemas). “Fônica” é a tradução do termo inglês phonics, criado para designar o conhecimento simplificado de fonologia e fonética usado para ensinar a ler e a escrever. Não se deve confundir a instrução fônica sistemática com um método de ensino. Ela é apenas um componente que permite compreender o princípio alfabético, ou seja, a sistemática e as relações previsíveis entre grafemas e fonemas (BRASIL, 2003, 2007; ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS, 2011; CHALL, 1967 apud BRASIL, 2019, p. 33).

Já a Base Nacional Comum Curricular, no eixo da Análise Linguística e Semiótica, mostra que o campo de conhecimentos linguísticos da Fono-ortografia a habilidade de “Conhecer e analisar as relações regulares e irregulares entre fonemas e grafemas na escrita do português do Brasil” (BRASIL, 2017. p.80)

Ou seja, ambos os documentos remetem à importância de se relacionar os grafemas e fonemas para o processo de alfabetização, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz de forma sucinta, já a Política Nacional de Alfabetização (PNA) nos traz o que se caracteriza pela instrução fônica e sua importância.

Outro componente é a fluência em leitura oral que “é a habilidade de ler um texto com velocidade, precisão e prosódia”. (BRASIL, 2019, p.33). Em afinidade ao componente descrito anteriormente, abordado na Política Nacional de Alfabetização (PNA), a Base Nacional Comum Curricular apresenta dois eixos que se relacionam, o primeiro é o da leitura, que diz o seguinte.

O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e

multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades. (BRASIL, 2017, p.59).

Comparando o eixo da Leitura da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao componente fluência em leitura oral da Política Nacional de Alfabetização (PNA), observa-se que o eixo da leitura no contexto da BNCC é tomada em sentido mais amplo, dizendo respeito não apenas ao texto escrito. O segundo eixo da BNCC, que relaciona com o componente fluência em leitura oral da PNA é a oralidade:

O Eixo da Oralidade compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face, como aula dialogada, webconferência, mensagem gravada, spot de campanha, jingle, seminário, debate, programa de rádio, entrevista, declamação de poemas (com ou sem efeitos sonoros), peça teatral, apresentação de cantigas e canções, playlist comentada de músicas, vlog de game, contação de histórias, diferentes tipos de podcasts e vídeos, dentre outras. Envolve também a oralização de textos em situações socialmente significativas e interações e discussões envolvendo temáticas e outras dimensões linguísticas do trabalho nos diferentes campos de atuação. (BRASIL, 2017, p.76).

O eixo da oralidade segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) diz a respeito às situações orais, sem ser especificamente a leitura de um texto com rigor, como é apresentado no componente da fluência em leitura oral na Política Nacional de Alfabetização (PNA) .

Têm-se também o desenvolvimento de vocabulário um componente da Política Nacional de Alfabetização (PNA) que,

tem por objeto tanto o vocabulário receptivo e expressivo, quanto o vocabulário de leitura. Os leitores iniciantes empregam seu vocabulário oral para entender as palavras presentes nos textos escritos. [...] é recomendável que, antes mesmo de ingressar no ensino fundamental, a criança seja exposta a um vocabulário mais amplo do que aquele do seu dia a dia. [...] Um amplo vocabulário, aliado à capacidade de reconhecer automaticamente palavras, é a base para uma boa compreensão de textos. (BRASIL, 2019, p.34)

Na BNCC também é abordada a questão do vocabulário, cujo campo de conhecimentos linguísticos, Estratégias e procedimentos de leitura, a habilidade de “Inferir ou deduzir, pelo contexto semântico ou linguístico, o significado de palavras ou expressões desconhecidas” e a habilidade de “Identificar ou selecionar, em função do contexto de

ocorrência, a acepção mais adequada de um vocábulo ou expressão”. (BRASIL, 2017, p.72). Percebe-se que ambos os documentos prezam a importância de um vocabulário amplo, para que facilite a compreensão no momento da leitura.

O Penúltimo componente abordado na Política Nacional de Alfabetização (PNA) é a compreensão de textos que,

é o propósito da leitura. Trata-se de um processo intencional e ativo, desenvolvido mediante o emprego de estratégias de compreensão. Além do domínio dessas estratégias, também é importante que o aluno, à medida que avança na vida escolar, aprenda o vocabulário específico necessário para compreender textos cada vez mais complexos produção de escrita diz respeito tanto à habilidade de escrever palavras, quanto à de produzir textos. O progresso nos níveis de produção escrita acontece à medida que se consolida a alfabetização e se avança na literacia. Para crianças mais novas, escrever ajuda a reforçar a consciência fonêmica e a instrução fônica. Para crianças mais velhas, a escrita ajuda a entender as diversas tipologias e gêneros textuais.(BRASIL, 2019, p.34)

Na Base Nacional Comum Curricular, no eixo da Oralidade o campo de conhecimentos linguísticos, Compreensão de textos orais, tem como uma das habilidades

Proceder a uma escuta ativa, voltada para questões relativas ao contexto de produção dos textos, para o conteúdo em questão, para a observação de estratégias discursivas e dos recursos linguísticos e multissemióticos mobilizados, bem como dos elementos paralinguísticos e cinésicos. (BRASIL, 2017, p.77).

É possível perceber que a Política Nacional de Alfabetização (PNA) traz de forma mais clara e abrangente sobre a compreensão de textos, enquanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz a compreensão de textos como um campo de conhecimento linguístico, porém de forma sucinta, sem apresentar o que se caracteriza e qual sua importância.

O último componente, no que tange a produção da escrita, proposto pela Política Nacional de Alfabetização (PNA),

a produção de escrita diz respeito tanto à habilidade de escrever palavras, quanto à de produzir textos. O progresso nos níveis de produção escrita acontece à medida que se consolida a alfabetização e se avança na literacia. (BRASIL, 2019, p.34)

O componente da produção de escrita da Política Nacional de Alfabetização (PNA) refere-se ao eixo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), renomeado como produção de texto que discorre o seguinte,

O Eixo da Produção de Textos compreende as práticas de linguagem relacionadas à interação e à autoria (individual ou coletiva) do texto escrito, oral e multissemiótico, com diferentes finalidades e projetos

enunciativos como, por exemplo, construir um álbum de personagens famosas, de heróis/heroínas ou de vilões e vilãs; produzir um almanaque que retrate as práticas culturais da comunidade; narrar fatos cotidianos, de forma crítica, lírica ou bem-humorada em uma crônica; comentar e indicar diferentes produções culturais por meio de resenhas ou de playlists comentadas; descrever, avaliar e recomendar (ou não) um game em uma resenha, gameplay ou blog; escrever verbetes de curiosidades científicas; sistematizar dados de um estudo em um relatório ou relato multimidiático de campo; divulgar conhecimentos específicos por meio de um verbete de enciclopédia digital colaborativa; relatar fatos relevantes para a comunidade em notícias; cobrir acontecimentos ou levantar dados relevantes para a comunidade em uma reportagem; expressar posição em uma carta de leitor ou artigo de opinião; denunciar situações de desrespeito aos direitos por meio de fotorreportagem, foto denúncia, poema, lambe-lambe, micro roteiro, dentre outros. (BRASIL, 2017, p.74)

Analisando o componente da Política Nacional de Alfabetização (PNA), e o eixo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), novamente pode-se observar que a BNCC é mais ampla, abordando o texto escrito, oral e multissemiótico, com diversas finalidades, textos pertencentes a gêneros orais diversos.

Enquanto a Política Nacional de Alfabetização (PNA), aborda sobre seis competências essenciais para a alfabetização, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), traz para a Etapa do Ensino Fundamental, visto que a BNCC propõe que a alfabetização ocorra nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, ela aborda sobre quatro eixos com práticas de linguagem e habilidades a serem desenvolvidas, os eixos são: Oralidade, Análise Linguística/Semiótica, Leitura/Escuta e Produção de textos.

No eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo Análise Linguística/Semiótica, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no eixo Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais. (BRASIL, 2017, p. 87).

Os componentes e os eixos que estruturam os documentos, tanto na Política Nacional de Alfabetização (PNA) quanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), buscam melhorar a qualidade da educação, apresentando habilidades a serem desenvolvidas.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), pretende dar suporte à particularidade da alfabetização em distintas modalidades. Segundo a Política Nacional de Alfabetização (BRASIL, 2019, p. 36-37)

Aos alunos surdos e com deficiência auditiva, o Ministério da Educação pretende promover a oferta de educação bilíngue (em Libras como primeira língua e em modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua). De acordo com os normativos específicos, isso se deve dar em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.

Para cegos e surdos-cegos, deve-se adotar o Sistema Braille de leitura.

A alfabetização de populações indígenas, por sua vez, será em língua portuguesa, assegurando a utilização das línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem das comunidades.

Observa-se assim que a Política Nacional de Alfabetização (PNA), indica pontos essenciais a respeito da democratização do conhecimento, em diferentes contextos, que devem ser desenvolvidos a favor da inclusão de estudantes com deficiência e da aprendizagem das crianças indígenas, durante a escolarização.

Fazendo um comparativo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), vê-se que lá também remete à questão da diversidade linguística,

[...] é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico. Por outro lado, existem muitas línguas ameaçadas de extinção no país e no mundo, o que nos chama a atenção para a correlação entre repertórios culturais e linguísticos, pois o desaparecimento de uma língua impacta significativamente a cultura. (BRASIL, 2017, p. 68).

Ainda com relação ao respeito à diversidade linguística, temos na BNCC, algumas competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental que remetem à essa questão:

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.

[...] 4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos..(BRASIL, 2017, p.85).

Sendo assim ambos os documentos remetem à questão da diversidade linguística, enfatizando a importância do conhecimento e da inclusão das diversas culturas no ambiente escolar, assim contribuindo para que os estudantes possam respeitá-las.

A Política Nacional de Alfabetização também discute sobre a formação de professores alfabetizadores. De acordo com o documento “A formação de professores alfabetizadores é um pilar da política. Aos docentes que atuam nas modalidades especializadas será apresentado um atendimento específico”. (BRASIL, 2019, p.37).

Ainda de acordo com PNA, os professores (a), que atuam em modalidades diferenciadas receberão formação continuada. Além das modalidades especializadas, citadas anteriormente, a Política Nacional de Alfabetização, resguarda as crianças que possuem dificuldades na aprendizagem da leitura, da escrita e de matemática. Segundo o documento (BRASIL, 2019, p. 52), art 5, VIII, “incentivo a identificação precoce de dificuldade de aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática, inclusive dos transtornos específicos de aprendizagem”. Com essa diretriz, vemos que ela busca identificar as dificuldades, enfrentadas pelo aprendiz logo no início da sua escolarização, a fim de superá-las, seguindo um dos lemas que inspiram a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que diz o seguinte “Que nenhuma criança fique para trás”.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA) traz no art 2,º alguns conceitos com relação à alfabetização de acordo com as evidências científicas atuais, que os professores e educadores devem tomar conhecimento.

I. alfabetização - ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão; II. analfabetismo absoluto - condição daquele que não sabe ler nem escrever; III. analfabetismo funcional - condição daquele que possui habilidades limitadas de leitura e de compreensão de texto; IV. consciência fonêmica - conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente; 5. INTEGRA DO DECRETO Nº 9.765/2019 Política Nacional de Alfabetização 51 V. instrução fônica sistemática - ensino explícito e organizado das relações entre os grafemas da linguagem escrita e os fonemas da linguagem falada; VI. fluência em leitura oral - capacidade de ler com precisão, velocidade e prosódia; VII. literacia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva; VIII. literacia familiar - conjunto de práticas e experiências relacionadas com a linguagem, a leitura e a escrita, as quais a criança vivencia com seus pais ou cuidadores; IX. literacia emergente - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita, desenvolvidos antes da alfabetização; X. numeracia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a matemática; e XI. educação não formal - designação dos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem fora dos sistemas regulares de ensino. (BRASIL, 2019, p.51).

Em divergência à Política Nacional de Alfabetização (PNA), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não define os conceitos abordados ao longo do documento, como vemos retratado na Política Nacional de Alfabetização (PNA).

Outro ponto a ser destacado é com relação ao conceito de literacia abordado na Política Nacional de Alfabetização (PNA), “VII. literacia - conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas com a leitura e a escrita e sua prática produtiva;” (BRASIL,2019. p.51). Semelhante ao PNA, na Base Nacional Comum Curricular é abordado o termo letramento, que constitui-se com mais amplitude, letramento e literacia são conceitos que se complementam.

Por fim, a BNCC traz competências e habilidades a serem desenvolvidas em cada etapa da Educação Básica, enquanto a PNA, propõe diretrizes para ações e políticas governamentais, pautando-se em evidências científicas atuais, tendo como objetivo elevar a taxa de alfabetismo e elevar a qualidade da alfabetização.

7. Considerações Finais

Ao terminar de levantar as principais políticas públicas para alfabetização e analisar e comparar a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nota-se que ambas apresentam convergências e divergências. As divergências encontradas foram com relação à priorização da alfabetização, priorização de método de alfabetização, definição e abordagem de conceitos. Enquanto a Base Nacional Comum Curricular prioriza que alfabetização se dê no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, não prioriza método de alfabetização, não traz definição de conceitos abordados no decorrer do texto e traz eixos com práticas de linguagem e habilidades a serem desenvolvidas, a Política Nacional de Alfabetização prioriza que a alfabetização se dê no 1º ano do Ensino Fundamental, prioriza o método fônico como método de alfabetização, aborda sobre componentes essenciais para alfabetização, a PNA também traz definições dos conceitos utilizados no decorrer do texto.

Com relação às convergências, ambos os documentos abordam a alfabetização como superação de vulnerabilidade social, abordam sobre a importância da criança ser inserida em contextos de leitura desde cedo. Essas convergências e divergências são questões importantes que devem ser apropriadas pelos educadores e analisadas pelos estudiosos e entusiastas do tema. Percebe-se que todos documentos buscam orientar a prática docente, por meio de ações, eixos, habilidades ou competências. Estes documentos

são grandes referências para o currículo, visando sempre a promoção de uma educação de qualidade.

Entende-se também a partir deste estudo, a importância de os docentes estarem sempre atentos aos documentos que orientam as práticas docentes, analisando-os para que se compreenda o que cada um propõe, visto que estes documentos, de acordo com as evidências atuais, vêm sendo atualizados e alterados constantemente, a fim de se atender às mudanças do contexto atual, atrelados às políticas e políticos, ora de esquerda, ora de extrema direita, e por assim em diante.

Vale ressaltar que o objetivo deste trabalho foi alcançado, uma vez que foram elencadas as principais políticas públicas para alfabetização e comparamos as duas mais recentes que são a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Política Nacional de Alfabetização (PNA), além de discutirmos a respeito do processo de alfabetização. Foi possível perceber que esses documentos embora apresentem algumas divergências, eles se complementam.

Por fim, sugere-se como pesquisas futuras, a análise da aplicação e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando que a etapa do Ensino Médio ainda não foi implementada na íntegra e ainda há a transição de implementação no ensino básico, bem como da Política Nacional de Alfabetização (PNA), visto o fato de englobar o conhecimento familiar no processo educativo e por sua data de homologação recente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas:** discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 20 maio. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Distrito Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 13 nov. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação nacional da alfabetização (ANA):** documento básico. Brasília: INEP, 2013b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf>> Acesso em: 10 maio. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº. 867, de 04 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 129, p. 22, 05 jul. 2012. Disponível em: <https://normas.gov.br/materia/-/asset_publisher/NebW5rLVWyej/content/id/23745400>. Acesso em: 05 maio. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília, DF. p.76. 2015. Disponível em: <[https://www.google.com/search?q=PNAIC+\(Pacto+Nacional+pela+Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o+na+Idade+Certa\)+2015.&oq=PNAIC+\(Pacto+Nacional+pela+Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o+na+Idade+Certa\)+2015.&aqs=chrome.0.69i59.1186j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=PNAIC+(Pacto+Nacional+pela+Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o+na+Idade+Certa)+2015.&oq=PNAIC+(Pacto+Nacional+pela+Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o+na+Idade+Certa)+2015.&aqs=chrome.0.69i59.1186j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8)>. Acesso em: 05 maio. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Leitura e produção de textos na alfabetização: a formação continuada no PNAIC 2017/2018/. Belo Horizonte, UFMG, 2018. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/files/uploads/PNAIC%202017%202018/LEITURA%20E%20PRODU%C3%87%C3%83O%20DE%20TEXTOS%20NA%20ALFABETIZA%C3%87%C3%83O%20-%20DIGITAL.pdf>. Acesso em: 01/09/2020

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019.** Institui Política Nacional de Alfabetização. Brasília, DF, p. 56. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf>. Acesso em: 05 maio. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº. 280, de 19 de fevereiro de 2020. Institui o Programa Tempo de Aprender. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 023, p. 69, 21 fev. 2020. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>>. Acesso em: 05 maio. 2020.

COIMBRA, Cecília Maria B .. As funções da instituição escolar: análise e reflexões. **Psicol. cienc. prof.** , Brasília, v. 9, n. 3, p. 14-16, 1986. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498931989000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 22 maio. 2020.

ECCO, Idanir; NOGARO, Arnaldo. A EDUCAÇÃO EM PAULO FREIRE COMO PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO. **Educere: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, Erichim, v. 1, n. 1, p.3523-3535, out. 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18184_7792.pdf. Acesso em: 04 maio. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In. BRANDÃO, C. R. (org.) **O educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-101.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADOTTI, Moacir. Educação e Ordem Classista. In: FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Arquivo PDF. Disponível em: <<https://construindoumaprendizado.files.wordpress.com/2012/12/paulo-freire-educacao-e-mudanca-desbloqueado.pdf>>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.a. 2002, 2002. 176 p. Disponível em: <http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf>. Acesso em: 04 jun 2020.

KLEIMAN, A. **Modelos de Letramento e as Práticas de Alfabetização na Escola**. In: _____ (org) Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas **Educar**. Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12>>. Acesso em: 02 maio. 2020.

MEC, Ministério da educação. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jan. 2020

NADAL, Beatriz Gomes. A escola como instituição: primeiras aproximações. **Olhar de Professor**, v. 14, n. 1, p. 139-150, 2011. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3437> . Acesso em 23 maio. 2020

OLIVEIRA, Adão Francisco de (Org.). POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: conceito e contextualização numa perspectiva didática 1. In: OLIVEIRA, Adão F. de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás: Editora da Puc Goiás,, 2010. p. 93-99. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/14ILIMbY0rCtQy1zoMwJ-K4Vzbgs5lD_s/view. Acesso em: 12 maio 2020

PIANA, Maria Cristina; PARREIRA, Lúcia Aparecida. **As políticas educacionais: dos princípios de organização à proposta da democratização**. Editora Unesp, São Paulo, Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/isippedes/maria-cristina-piana.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 1999. - (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.5). Disponível em: <https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/savianidermeval-escolaedemocracia.pdf> Acesso em: 20 maio. 2020.

SAVIANI, DERMEVAL. ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL: SISTEMA E CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, PLANO E FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Educ. Soc**, v. 31, n. 112, p. 769-787, 2010. Disponível em: <https://petpedufba.files.wordpress.com/2016/02/savianidermeval-escolaedemocracia.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros** / Magda Soares. 3. ed. 2. reimp. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2014. 128p.

SCHMIDT, L. M. A desconhecida dinâmica da escola. In: RIBAS, M. H. (Org.). **Formação de professores: escolas, práticas e saberes**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2005.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho; BRITO, Regina Helena Pires de. **Conceitos de educação em Paulo Freire: Glossário**. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2014. 197 p.